

Serviço Público Federal Ministério da Educação





ATA DE DEFESA

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - ARQUITETURA E URBANISMO/ CPNV

Título: Centro de acolhida Casulo: apoio e inclusão para pessoas em situação de vulnerabilidade social e da comunidade LGBTQIAPN+

Data da defesa: 06/11/2025

Local: PIME - CPNV Horário: 16:00hrs

Orientador (a): Prof. Dra. Rafaella Brandão Estevão de Souza da Rocha

Acadêmico (a): Luis Felipe Lopes Alves

RGA: 2021.1704.011-7

BANCA EXAMINADORA

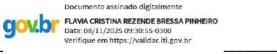
	Membro	Titulação	Instituição
Presidente (Orientador)	Prof. Dra. Rafaella Brandão Estevão de Souza da Rocha	Doutorado	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)
Avaliador UFMS	Prof. Emeli Lalesca Aparecida da Guarda	Doutorado	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)
Avaliador Externo	Flávia Cristina Rezende Bressa	Arquiteta e Urbanista	-

Após os procedimentos de apresentação oral, arguição e defesa, o(a) acadêmico(a) foi considerado(a):

(X) Aprovado(a) () Reprovado(a)

Terminada as considerações, a sessão foi dada por encerrada, sendo lavrada a presente ata, que segue assinada pela banca examinadora.

Naviraí (MS), 06 de Novembro de 2025



Flávia Cristina Rezende Bressa







Documento assinado eletronicamente por Rafaella Brandao Estevao de Souza da Rocha, Professora do Magistério Superior, em 07/11/2025, às 09:12, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.







Documento assinado eletronicamente por **Emeli Lalesca Aparecida da Guarda, Professora do Magistério Superior**, em 07/11/2025, às 13:24, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no § 3º do art. 4º do <u>Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020</u>.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufms.br/sei/controlador_externo.php?
acesso_externo=0, informando o código verificador **6015573** e o código CRC **98BC3224**.

CAMPUS DE NAVIRAÍ

Rodovia MS 141, Km 04, Saída para Ivinhema Cx Postal 103 Fone: (67) 3409-3401 CEP 79950-000 - Naviraí - MS

Referência: Processo nº 23453.000309/2025-33

SEI nº 6015573

ARTIGOCOMPLETO

Naviraí (MS)

CENTRO DE ACOLHIDA CASULO: APOIO E INCLUSÃO PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL E DA COMUNIDADE LGBTQIAPN+

Luis Felipe Lopes Alves Graduando Arquitetura e Urbanismo, UFMS luis.felipe.alves@ufms.br

Orientadora: Rafaella Estevão da Rocha Arq.ª Prof. ª. Dra. Arquitetura e Urbanismo, UFMS rafaella.rocha@ufms.br

RESUMO

A exclusão de pessoas LGBTQIAPN+ e pessoas em situação de vulnerabilidade social no contexto urbano, evidencia a urgência de alternativas que promovem o direito à moradia digna e ao suporte social. Nesse cenário, as casas de acolhimento surgem como resposta à marginalização, reafirmando a importância de ambientes seguros, acolhedores e adaptados às especificidades de cada indivíduo. Este trabalho propõe a criação de um espaço de acolhimento eficiente, capaz de atender à crescente demanda por serviços sociais, assegurando a privacidade e autonomia dos indivíduos e sua plena reintegração à sociedade. Para alcançar tais objetivos, adota-se uma abordagem multifacetada que integra o design inclusivo dos espaços com uma gestão qualificada e integrada dos serviços oferecidos. O foco recai sobre pessoas em situação de vulnerabilidade social e sobre a comunidade LGBTQIAPN+, propondo um centro de acolhida que reconhece a influência da arquitetura no comportamento humano, na saúde e no bem-estar físico e psicológico. O projeto visa oferecer acolhimento assistencial aliado a apoio profissional, educacional, cultural e social, configurando-se como um equipamento público de referência regional no amparo a essas comunidades.

Palavras-Chave: Centro de Acolhimento, Vulnerabilidade Social, LGBTQIAPN+, Lar.

ABSTRACT

The exclusion of LGBTQIAPN+ individuals and people in situations of social vulnerability within the urban context highlights the urgent need for alternatives that promote the right to housing and social support. In this scenario, shelter homes emerge as a response to marginalization, reaffirming the importance of safe, welcoming environments that are adapted to the specific needs of each individual. This work proposes the creation of an efficient shelter space capable of meeting the growing demand for social services, ensuring individuals' privacy and autonomy, as well as their full reintegration into society. To achieve these objectives, a multifaceted approach is adopted, integrating inclusive spatial design with qualified and integrated service management. The focus is on people in situations of social vulnerability and the LGBTQIAPN+ community, proposing a shelter center that acknowledges the influence of architecture on human behavior, health, and physical and psychological well-being. The project aims to offer assistential care combined with professional, educational, cultural, and social support, establishing itself as a regional reference public facility for supporting these communities.

Keywords: Shelter Center, Social Vulnerability, LGBTQIAPN+, Home.

1. Introdução

A criação de casas de acolhimento social para pessoas em situação de vulnerabilidade social é uma resposta às crescentes desigualdades nas áreas urbanas, tal solução tem como objetivo oferecer um refúgio seguro para os indivíduos que enfrentam dificuldades extremas, dentre elas, a falta de moradia, desemprego, despejo, violência doméstica, analfabetismo ou desestruturação familiar. Muitos que se encontram nessas situações, são sujeitos à exclusão social e à marginalização, por não terem acesso a recursos básicos, como saúde, educação e segurança. Segundo Morais (2018), o surgimento de casa de acolhimento, especificamente LGBTQIAPN+, em situação de vulnerabilidade, exerce um amparo a estas pessoas, tendo como objetivo principal a reinserção destes na sociedade.

Acrescenta também, o que se refere a Comunidade LGBTQIAPN+, que consequentemente devido a expulsões ou falta de apoio, as pessoas se encontram em estado de vulnerabilidade social, muitos buscando refúgio em locais inapropriados, ou se abrigando em ruas, e por diversas vezes, se submetem à prostituição e as drogas (Carvalho; Macedo, 2017). Tal comunidade frequentemente enfrenta a discriminação, preconceito e a violência, dentro de casa ou no ambiente social, ocasionando em dificuldades do acesso ao mercado de trabalho, à moradia e a serviços de saúde.

As casas de acolhimento voltadas especificamente para a comunidade LGBTQIAPN+ surgem como uma resposta necessária para proporcionar não apenas espaços seguros, mas também de acolhimento, onde as pessoas possam se sentir aceitas, respeitadas e protegidas. Além disso, o acolhimento auxilia na superação de desafios individuais, no fortalecimento da independência e na oferta de serviços básicos para os acolhidos, promovendo sua reintegração ao convívio social com dignidade.

Nas cidades, que enfrentam os intensos processos de crescimento populacional e desigualdades, as casas de acolhimento contribuem para a reconstrução da integração social com dignidade, tendo como objetivo promover suporte psicológico, financeiro, assistência social e em determinados casos, a reabilitação. Esse tipo de assistência contribui para minimizar as desigualdades urbanas, possibilitando criar-se cidades mais inclusivas e humanitárias. Contudo, por outro lado a verdadeira realidade para a comunidade LGBTQIAPN+ é de exclusão, como defende Carvalho e Macedo (2017), "se a cidade deve ser um espaço livre de discriminação, por que os membros da comunidade são tão vulneráveis nos espaços sociais?" (Carvalho; Macedo, 2017).

Assim a criação desses espaços é uma alternativa de reafirmar o direito à moradia digna e o suporte social, para que isso ocorra, é planejado espaços com conotação educativa, promovendo a conscientização sobre a diversidade sexual, de gênero e combatendo a LGBT-fobia.

2. Objetivos

Este trabalho tem como objetivo geral elaborar uma proposta de anteprojeto para um centro de acolhimento e apoio às pessoas em vulnerabilidade social e a comunidade LGBTQIAPN+ na cidade de Naviraí, no estado do Mato Grosso do Sul.

3. Referencial Teórico

3.1. Tipos de vulnerabilidade

A situação de vulnerabilidade social está diretamente ligada à miséria estrutural, e agravada pela crise econômica resulta na insuficiência ao acesso aos recursos básicos, como saúde, educação e moradia, gerando assim, uma situação de risco tanto individual, quanto social a esses indivíduos (Gomes; Pereira, 2005). Desta forma, compreende-se que as vulnerabilidades sociais também estão relacionadas ao contexto e características específicas dos grupos atingidos. A seguir, apresenta-se uma sistematização dos principais tipos de vulnerabilidades sociais, e suas respectivas descrições, considerando tanto o contexto em que ocorrem quanto os perfis dos grupos mais afetados.

Figura 01: Tabela de vulnerabilidades.

Vulnerabilidade	Descrição		
Vulnerabilidade Econômica	Relacionada à escassez de recursos, principalmente financeiros, e à dificuldade de inserção no mercado de trabalho, tais fatores frequentemente associados à migração e que podem levar à situação de rua.		
Vulnerabilidade Habitacional	Atinge pessoas em condições de moradias precárias, superlotadas, áreas degradadas ou ameaçadas de despejo, refletindo assim, a exclusão dos espaços urbanos (Aires, 2011).		
Vulnerabilidade Familiar	Refere-se à fragilização ou ruptura dos vínculos familiares, podendo resultar em exclusão ou isolamento social (Silva, 2019).		
Vulnerabilidade de Gênero e Diversidade	Relaciona-se à discriminação baseada em gênero, orientação sexual e identidade de gênero, afetando pessoas que enfrentam maior risco de violência, exclusão e violação de direitos diante da ausência de suporte e proteção		

Fonte: Aires (2011) e Silva (2019) (adaptado pelo autor)

Essa categorização tem como objetivo evidenciar como os sociais interagem, e produzem desigualdades que devem ser consideradas, neste caso, para ações de acolhimento e propostas arquitetônicas voltadas à reinserção e proteção social. Ferreira (2012) destaca que a população em situação de rua é fruto de um capitalismo excludente, que aprofunda desigualdades e impulsiona o processo de exclusão social, com deslocamentos em busca de emprego e renda, que quando falham, muitos acabam sem alternativa a não ser encontrar abrigo na rua. No Brasil, a atenção a essa população começou a se consolidar em 2004, com a criação da Política Nacional da Assistência Social. O primeiro censo específico foi realizado em 2009, identificando 31.922 pessoas

em situação de rua em 71 cidades (Moraes et al., 2018). Em 2022, esse número saltou para 236.400 pessoas nesse contexto e cadastradas no Cadastro Único, revelando que aproximadamente 1 em cada 1.000 brasileiros viviam nas ruas (BRASIL, 2023). Como destaca Araújo (2021), além do estigma social, a marginalização e a desumanização desses indivíduos se tornaram comum, reforçando mais sua invisibilidade e descaso. Aires (2011) aponta que o termo "sem-abrigo" também abrange os excluídos do mercado de habitação, indicando a urgência de ações que colaboram ao direito à moradia digna.

Além disso, a ruptura de vínculos familiares é um dos fatores que frequentemente levam à situação de rua. Para a comunidade LGBTQIAPN+, a vulnerabilidade comumente tem início no ambiente familiar, onde a violência pode ser verbal, psicológica ou física. Muitos enfrentam rejeição e, diante da intolerância, são expulsos ou decidem sair de casa por conta própria sem qualquer suporte (Silva, 2019). Superar as vulnerabilidades que atingem grupos em risco exige a atuação em conjunto da sociedade civil, de Estado e de organizações socias. Como ressalta Almeida (2019), é fundamental mudar a visão da sociedade perante essas pessoas, muitas tratadas com indiferença e invisibilidade, alimentando assim o ciclo de exclusão. Diante desse cenário, os centros de acolhimento assumem um papel ao oferecerem suporte básico, contribuindo para a reconstrução de vínculos e a criação de um lar novo e ajudar na redução das vulnerabilidades sociais.

3.2. Conceituação e Comunidade LGBTQIAPN+

LGBTQIAPN+ é um termo que representa uma comunidade plural, que abrange diferentes orientações sexuais e identidades de gênero. A sigla surgiu e se ampliou ao longo do tempo, composta por identidades que fogem às normas convencionais de gênero e sexualidade, como Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexuais, Assexuais, Pan, Não-Binárias e outras identidades. Sua construção reflete a trajetória histórica de luta por visibilidade, direitos e inclusão, no mundo e no Brasil.

Segundo o jornalista e ativista da causa, Pedro HMC (2016), a primeira formação da sigla no Brasil surgiu na última década do século XX com a sigla GLS (Gays, Lésbicas e Simpatizantes). Na época os heterossexuais aliados à causa eram chamados de "simpatizantes", refletindo um momento inicial de visibilidade e apoio. Com o fortalecimento do movimento, a sigla foi ampliada para incluir outras identidades, como o "B" de bissexuais e, posteriormente, o "T" de transgêneros, pensando na luta por visibilidade de transexuais e travestis, tornando-se GLBS (Gays, Lésbicas, Bissexuais e Simpatizantes) e GLBT (Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros/Travestis) respectivamente. Em seguida foi questionado o fato da letra "G" (Gays) estar à frente, uma vez que a homossexualidade era considerada como um fenômeno predominante ou até exclusivo dos homens, ainda que os homens predominaram nas organizações do movimento desde suas primeiras fases, contudo o movimento de lésbicas se fortalece e ganha autonomia na segunda metade dos anos 1990 (Simões; Facchini, 2009). Assim a ordem das letras também foi repensada, levando à priorização do "L" (Lésbicas) para

destacar a presença das mulheres lésbicas. Após transformações, consolidou-se o uso da sigla LGBTQIA+ (Barros, 2022). Contudo para o presente trabalho será utilizado LGBTQIAPN+ por ser mais abrangente e incluir mais identidades.

3.2.1. Gêneros

Cada letra da sigla é composta por diversas letras que representam identidades de gênero, orientações sexuais e formas de identidades de grupos historicamente marginalizadas, com vivências e demandas específicas. Portanto, a utilização da sigla simboliza inclusão, visibilidade e respeito à diversidade de identidades, gêneros e orientações que compõem essa comunidade. A seguir é apresentado de forma sistematizado sobre essas variações, segundo Pedro HMC (2016), com a finalidade de ampliar a compreensão sobre as especificidades de cada grupo.

Figura 02: Tabela descritiva da sigla LGBTQIAPN+.

Sigla	Descrição	
L – Lésbicas	São mulheres que sentem atração afetiva e/ou sexual por outras mulheres, e que se identificam como cis ou mulher trans.	
G – Gays	São homens que sentem atração afetiva e/ou sexual por outros homens, e que se identificam como cis ou homem trans.	
B – Bissexuais	São homens ou mulheres, cis ou trans, que sentem atração afetiva e/ou sexual tanto por homens como por mulheres.	
T – Transexuais, Transgêneros e Travestis	Refere-se à identidade de gênero, e não orientação sexual. São às pessoas trans, que se reconhecem em um gênero oposto daquele atribuído ao nascer, podendo se identificar como transgênero (homens e mulheres) e travestis (identidade feminina), podendo ou não haver mudança fisiológica para adequação.	
Q – Queer	Termo originalmente usado de forma pejorativa, que dizia ser "fora do normal" ou "estranho", mas foi ressignificado pela comunidade como símbolo positivo de resistência e identidade. As pessoas do gênero Queer transitam entre as noções de gênero, adotando expressões fluidas, como o caso de Drag Queens.	
I – Intersexuais	São pessoas que nascem variações genéticas (genitais, hormonais ou cromossômicas) ou sistema reprodutivo fora as definições tradicionais de masculino/feminino. Essas características podem ou não ser visíveis ao nascimento.	
A – Assexuais	Refere-se a uma orientação sexual. São pessoas que não sentem atração sexual por nenhum gênero. Ainda que podem desenvolver afeto, relacionamentos e sentimentos românticos por outras pessoas.	
P – Pansexuais e Polissexuais	São pessoas que sentem atração afetiva e/ou sexual por outras pessoas, independentemente do gênero ou identidade de gênero.	
N – Não -Binários	Diz respeito a pessoas que não se identificam exclusivamente como homem ou mulher. Suas expressões de gênero podem fluir, sem seguir os padrões tradicionalmente estabelecidos pela sociedade.	
+ (Mais)	Representa outras identidades de gênero e orientações sexuais que não estão nomeadas diretamente na sigla, mas que estão inclusas na comunidade.	

Fonte: Pedro HMC (2016) (adaptado pelo autor)

A compreensão detalhada de cada componente da sigla é fundamental para reconhecimento da diversidade e necessidades de cada grupo. Essa esquematização não somente amplia a compreensão sobre os diferentes membros da comunidade, mas também auxilia na concepção de práticas de acolhimento e projetos arquitetônicos que consideram essas singularidades.

3.2.2. Impacto da comunidade LGBTQIAPN+

A luta pelos direitos LGBTQIAPN+ surge em diferentes momentos da história, mas o movimento pode ser atribuído com mais clareza no período pós-Segunda Guerra Mundial, quando surgiram as primeiras organizações voltadas à defesa dos direitos de pessoas gays e lésbicas. No entanto, foi a partir das Revoltas de Stonewall que a transição do movimento foi significativa. As Revoltas de Stonewall, ocorridas em 1969, em Nova York, são reconhecidas como um marco na luta pelos direitos LGBTQIAPN+. O episódio teve início no bar Stonewall Inn, um dos poucos espaços em que os membros da comunidade podiam se reunir e expressar suas identidades. Apesar disso, muitos desses estabelecimentos eram financiados pela máfia e operavam à margem da legalidade, pois eram alvos constantes de batidas policiais. Nessas ações, era comum os frequentadores serem submetidos a discriminação e violência por parte das autoridades. Na madrugada de 28 de junho de 1969, durante uma dessas incursões no Stonewall Inn, um número significativo de pessoas LGBTQIAPN+ reagiu publicamente à opressão, recusando aceitar o tratamento discriminatório que lhes imposto. Essa resistência desencadeou uma série de manifestações que duraram dias e marcaram a transição da invisibilidade para a mobilização pública organizada da comunidade. A partir desse momento, os movimentos LGBTQIAPN+ ganharam força, passando a reivindicar os direitos fundamentais como liberdade, dignidade e respeito. O ato tornou-se, assim, uma referência histórica para o ativismo LGBTQIAPN+ globalmente (Oliveira, 2024).

O movimento LGBTQIAPN+ no Brasil teve início nos anos 1970, durante a ditadura militar, através de encontros em espaços sociais, como bares e clubes, onde também circulavam as primeiras publicações voltadas à comunidade.

A trajetória da comunidade é marcada por avanços e retrocessos. O termo "homossexual" surge em 1869, sendo definido pelo médico Karoly Maria Benkerdsua, a expressão substituiu o uso de "uranista" que servia como conotação clínica para descrever pessoas que tinham impulsos sexuais por indivíduos do seu mesmo sexo biológico, e consequentemente o termo por muito tempo levou à ideia da busca por causas e tratamentos, sendo definida como uma patologia. Embora que médicos ainda tenham defendido a possibilidade de "cura", esses discursos contribuíram para o surgimento de movimentos ativistas organizados que reivindicaram a despatologização da homossexualidade. Em 1981, o Grupo Gay da Bahia (GGB) iniciou a luta contra visões médicas que tratavam a homossexualidade como quadro clínico, assim em 1985 o Conselho Federal de Psicologia no Brasil deixou de considera-la doença. Ademais, em 1992, a Organização Mundial da Saúde (OMS) recomendou que o termo não deveria ser considerado doença, e desde a década de 90, a Classificação Internacional de

Doenças (CID) desconsiderou-a como doença e/ou transtorno, sendo somente consolidada sua despatologização em 1994, com a publicação da quarta edição do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-IV) (Barp; Mitjavila, 2020).

Na mesma década, intensificou-se a defesa do uso do termo "orientação sexual" em vez de "opção sexual", reforçando que a homossexualidade não é uma escolha do indivíduo. O Grupo Triângulo Rosa, do Rio de Janeiro, levou a pauta à Constituinte de 1987, buscando incluir a discriminação por "sexo, idade, cor e idade", e que orientação sexual seja critério de proteção contra desigualdades salariais. Embora não tenha sido aprovada na época, posteriormente foram adotadas por legislações municipais e constituições estaduais.

A partir dos anos 90, o movimento LGBT ganhou maior visibilidade no Brasil. Em 1995, a ILGA (Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais Trans e Intersexo – tradução) realizou a 17ª conferência no Rio de Janeiro, encerrada com uma marcha em Copacabana. No ano seguinte, ocorre o ato na praça Roosevelt, em São Paulo, reunindo cerca de 500 pessoas reivindicando os direitos LGBT. Em 1997, a mobilização resultou na realização da primeira Parada do Orgulho Gay no Brasil, na Avenida Paulista, em São Paulo. O evento reuniu entre 500 e 2.000 pessoas (FOLHA DE SÃO PAULO, 1995).

3.2.3. Violência à comunidade LGBTQIA+

Em 2023, o Brasil manteve a liderança mundial em homicídios e suicídios de pessoais LGBTQIAPN+, com 257 mortes violentas registradas pelo Grupo Gay da Bahia (GGB) que monitora e divulga esses dados desde 1980 (44 anos), sendo a mais antiga ONG LGBT da América Latina. Entre as vítimas, estavam majoritariamente 127 travestis, 118 homens gays, 9 mulheres lésbicas e 3 bissexuais. A Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), contabilizou 122 assassinatos em 2024, sendo 117 contra travestis e mulheres trans/transexuais e 5 contra homens trans e pessoas transmasculinas (ANTRA, 2024). Esses números, mesmo que subnotificados, evidenciam a urgência de políticas públicas eficazes para combater a violência direcionada à comunidade LGBTQIAPN+ (GGB, 2023).

Pela primeira vez em 44 anos, o Sudeste assume a posição de região com maior número de mortes violentas a pessoas da comunidade, registrando 100 casos, seguido do Nordeste, com 94. Concentrando 75% das ocorrências que as demais áreas do país. Sul, Centro-Oeste e Norte registraram 24, 22 e 17 mortes, respectivamente. Esses dados ressaltam a urgência de abordagens especificas e políticas públicas regionalizadas de prevenção eficaz diante da violência persistente à comunidade (GGB, 2023).

O estado do Mato Grosso do Sul em 2023, ocupou a 14ª no ranking de mortes violentas de pessoas LGBTQIAPN+, com 7 casos, representando 2,72% do total nacional (GGB, 2023). Apesar da falta de dados oficiais, as estatísticas são obtidas por meio da mídia, sites e correspondências enviadas ao Grupo Gay da Bahia, uma vez da inexistência de

estatísticas governamentais sobre esses crimes à comunidade. O estado do Mato Grosso do Sul faz fronteira com regiões de alta incidência de violência, como São Paulo, Mato Grosso, Minas Gerais, Goiás e Paraná, que representam 13,23%, 3,11%, 1,94%, 11,67% e 6,61%, respectivamente, dos casos de mortes. Ainda em 2024, o estado ocupou a 22ª posição no ranking de assassinatos de pessoas trans, com 1 caso (ANTRA). Ainda que faz divisa com regiões de maior incidência, como São Paulo (16 casos), Paraná (1) e Minas Gerais (12). Segundo o dossiê, revela que 68% dos casos ocorreram fora das capitais, em cidades do interior (ANTRA, 2024). Esses dados refletem a vulnerabilidade da população LGBTQIAPN+ no estado do Mato Grosso do Sul.

Apesar dos avanços, a comunidade LGBTQIAPN+ ainda enfrenta barreiras significativas de aceitação, especialmente no próprio ambiente familiar. A rejeição ao assumir a orientação sexual ou identidade de gênero é uma das principais causas do desabrigo e vulnerabilidade de jovens, pois são expulsos ou veem obrigados a sair de casa por não suportarem o ambiente de intolerância e discriminação. Além dos desafios comuns enfrentados, esse grupo sofre com a agravante da discriminação por orientação sexual, identidade ou expressão de gênero; assédio, marginalização, e muitas vezes recorrem à prostituição como forma de sobrevivência, além de doenças, carência afetiva e busca de proteção (Silva, 2019).

3.3. Contextualização de Centro de Acolhimento e Vulnerabilidade Social

A definição de centro de acolhimento deve ir além do fornecimento do abrigo físico, considerando as múltiplas dimensões das necessidades humanas, como saúde, bem-estar emocional, reintegração social e respeito à diversidade. A unidade de acolhimento adota um método institucional e traz o conceito de entidade filantrópica, voltado à proteção integral de adultos com vínculos familiares fragilizados. Seu objetivo é oferecer um ambiente seguro e respeitoso, que preserve a privacidade e considere a diversidade de ciclos de vida, de arranjos familiares, de etnias, de escolhas religiosas e de gênero (Almeida et al., 2019).

A vulnerabilidade social refere-se ao estado de fragilidade que expõe indivíduos ou grupos a riscos e limita ao acesso a direitos e serviços essenciais. Esse conceito abrange desigualdades profundas, marcadas sobretudo pela exclusão, afetando populações em extrema pobreza e grupos marginalizados. Considerando a complexidade dos fatores que levam à exclusão social e os múltiplos desafios enfrentados por indivíduos em situação de vulnerabilidade, é importante refletir sobre as estratégias de acolhimento e reintegração social disponíveis. Por essas razões, os centros de acolhimento são implantados ou estão em processo de implantação no país, seja através de iniciativas particulares ou voluntárias, como meio de atribuir e amparar a reinserção na sociedade (Morais, 2018).

Nesse sentido, os centros de acolhimento são instituições com um encargo amplo e humanizador, indo além do acolhimento imediato, e partindo para a reestruturação do indivíduo e na reinserção social do mesmo. Isso requer que tais espaços não priorizem

apenas os aspectos emergenciais, mas também o suporte a longo prazo para a reabilitação dos acolhidos.

3.4. Tipos de unidades de acolhimento

Dentro dessa tipologia, existe instituições públicas relevantes, como o CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), definido por Santos (2021) como unidade pública do estado voltada à oferta de serviços de proteção social básica a pessoas em situação de vulnerabilidade. Atuando como articulador de políticas sociais, que busca prevenir situações de riscos. O público atendido são pessoas em situação de vulnerabilidade, marcada pela pobreza, isolamento social e fragilidade de vínculos afetivos, incluindo discriminações etárias, étnica, de gênero ou por deficiência (Santos, 2021).

Os Centros Pop (Centros de Referência Especializados para a População em Situação de Rua) surgem como resposta às demandas específicas dentro da política de Assistência Social no Brasil. Instituído pelo Decreto nº 7.053/2009, que estabelece a Política Nacional para a População em Situação de Rua, o Centro Pop reflete um avanço ao propor uma abordagem além do auxílio emergencial, mas com foco na reintegração social, no acesso a direitos e na dignidade humana. O documento do Ministério da Cidadania consolida-se como um serviço especializado, reconhecendo o atendimento como parte de uma política pública voltada à inclusão e proteção social (BRASIL, 2009).

3.5. Casas de Acolhida LGBTQIAPN+

As casas de acolhida LGBTQIAPN+ surgem como resposta à exclusão e vulnerabilidade vividas por essa população. Ademais do que abrigo, oferecem um espaço seguro, com respeito, inclusão e apoio psicossocial, fundamentais para reconstruir trajetórias que foram marcadas por preconceito, discriminação e violência. A escolha do termo "casa" nessas iniciativas não é casual, pois carrega significados simbólicos de pertencimento e proteção. Termos como "acolhimento LGBT" e "cultural" reforçam o caráter formal e plural desses espaços que buscam afirmar direitos fundamentais e promover a dignidade humana (Machado, 2022).

A Casa 1, fundada pelo jornalista Iran Giusti, em São Paulo, é um exemplo emblemático de acolhimento LGBTQIAPN+. Surgiu em 2015 como resposta à demanda de jovens expulsos de casa, inicialmente os abrigando em seu próprio apartamento. Por meio de um financiamento coletivo pela internet, arrecadou R\$ 112 mil reais, possibilitando viabilizar o projeto. Assim a Casa 1 foi inaugurada em 25 de janeiro de 2017, no bairro da Bela Vista, região central de São Paulo. Desde então, o espaço funciona como residência temporária para até 20 jovens e como um centro cultural e de apoio psicossocial (Duarte; Cymbalista, 2018).

A Casa Nem, situada na Lapa (Rio de Janeiro), é um espaço de acolhimento voltado especialmente para mulheres trans e travestis em situação de vulnerabilidade. Além do

abrigo, oferece suporte para autonomia, com projetos como o "PreparaNem" (cursinho preparatório voltado ao ENEM), e outras formações, como costura (CosturaNem), fotografía (FotografaNem) e libras (LibrasNem). Criada como iniciativa comunitária, a Casa Nem promove inclusão, cultura e proteção, para acolher pessoas trans vítimas de violência doméstica e das ruas, sem restringir o acesso apenas a travestis (Vallecilo, 2017).

Em diversas regiões do Brasil, existem outras casas de acolhimento LGBTQIAPN+ que oferecem apoio e moradia a pessoas vulneráveis, como a Casa Aurora (Salvador), Casa Miga (Manaus) e Astra LGBT (Aracaju). No Mato Grosso do Sul, destaca-se a Casa Satine, fundada em 2018, por Leonardo Bastos, em Campo Grande. Criada com o propósito de funcionar como uma república para pessoas da comunidade, contudo, sua atuação passou a ser remota pelas dificuldades financeiras. Até 2022, oferecia serviços como orientação jurídica e atendimento psiquiátrico, hoje suspensos pela falta de voluntários (Amorim, 2022). O estado também conta com o CENTRHO (Centro de Referência em Direitos Humanos de Prevenção e Combate à homofobia), uma iniciativa que visa assegurar os direitos e a proteção da população LGBTQIAPN+ da região Centro-Oeste. A iniciativa segue em consonância com as diretrizes da Política Nacional de Direitos Humanos e responde às demandas específicas da comunidade local.

O desenvolvimento de um Centro de Acolhida à indivíduos em vulnerabilidade social e comunidade LGBTQIAPN+ no estado de Mato Grosso do Sul é fundamental diante dos relatos de preconceito e exclusão enfrentados por esse público. A proposta busca oferecer um ambiente acolhedor, seguro, com suporte psicossocial, oportunidades de capacitação e reintegração, assegurando a dignidade dos usuários e os direitos humanos dessas pessoas.

3.5. Diretrizes projetuais subjetivas e as estratégias arquitetônicas: integração, inclusão e biofilia

A arquitetura vai além de questões estéticas ou da simples construção de estruturas físicas, ela se concentra na concepção de espaços voltados para o bem-estar integral dos usuários. Portanto, além de oferecer estruturas físicas, a abordagem busca responder às necessidades emocionais e físicas. Nesse contexto, o simples fornecimento de alojamento não basta para atender adequadamente a população vulnerável (Sousa, 2022). Torna-se se necessário integrar os espaços de serviços como apoio psicossocial, cuidados à saúde, para atividades de lazer, capacitação profissional e orientação para o mercado de trabalho. Isso significa que o espaço precisa responder tanto às necessidades físicas quanto emocionais, pois o espaço físico influencia o comportamento e os sentimentos das pessoas (Cardoso, 2009).

Assim, os ambientes projetados devem ser pensados para favorecer a recuperação e desenvolvimento dos indivíduos. Guedes (2017) também afirma a importância de considerar o ser humano como centro do processo projetual, além dos critérios técnicos, os espaços devem refletir as necessidades dos que utilizarão, uma vez que, mais

importante do que os critérios técnicos, é necessário que o projeto dialogue com as necessidades reais e subjetivas dos que vão utiliza-lo.

Ampliando a abordagem, é preciso considerar que a arquitetura deve ser uma ferramenta para a inclusão social e a integração comunitária, o qual, são objetivos a serem alcançados pelos centros de acolhimento, utilizando da arquitetura como ferramenta de suporte à inclusão, para criar ambientes que valorizem a identidade e diversidade de seus usuários. Para a comunidade LGBTQIAPN+, como observa Andrade (2016), primeiramente deve-se propor que os indivíduos se sintam seguros para expressar sua identidade de gênero e orientação sexual, considerando que traumas relacionados à discriminação ainda são frequentes, para isso espaços semiabertos para compartilhamento de suas vivências colabora para uma escuta sensível e respeitosa do público interno e externo, para que de fato o atendimento seja humanizado e seguro. Dado isso, a edificação deve ser pensada para atender cada tipo de situação vulnerável, seja propondo áreas mais privativas para os recém acolhidos, espaços de convivências para interação dos diferentes usuários, salas para capacitação e atividades culturais.

Outro aspecto relevante é evitar que o espaço se torne isolado ou desconectado da comunidade em que está inserida. A relação com o entorno e sua complexidade devem ser evidenciados, a edificação e o projeto devem levar em consideração a complexidade do entorno, seja respeitando às paisagens naturais e urbanas, no reconhecimento do patrimônio cultural, tanto coletivo quanto individual. Assim propor locais de integração do público externo com o centro, fortalece o vínculo com a comunidade local e contribui para uma inserção mais harmoniosa no tecido urbano.

Nos projetos voltados a demandas sociais, as estratégias arquitetônicas assumem um papel importante na qualificação dos espaços. Além dos aspectos técnicos, tais soluções auxiliam a promover o conforto ambiental, aproveitando de recursos naturais e maior eficiência energética. A adoção da ventilação cruzada e o posicionamento adequado das aberturas contribui para a renovação do ar e o conforto térmico dos ambientes, ao mesmo tempo em que reduz a necessidade de sistemas artificiais. Da mesma forma, o uso de painéis solares ou sistemas de gerenciamento automatizado de iluminação e energia, prevenindo assim, desperdícios com energia.

Ademais, a arquitetura biofílica, é uma estratégia que busca promover bem-estar por meio da presença da natureza nos espaços construídos. Kellert e Calabrese (2015) destacam que um ambiente que considera a biofília em seu projeto deve atender a cinco diretrizes fundamentais, a conexão visual e não visual com a natureza; a presença de estímulos sensoriais naturais; a variação e complexidade de elementos naturais no espaço; o uso de materiais e a integração dos elementos biofílicos de forma sistemática. Por isso, a criação de pátios verdes com espécies locais, horta comunitária, jardins sensoriais, iluminação natural para reforçar o ritmo circadiano dos usuários e o paisagismo integrado ao contexto, contribuem não somente com a qualidade ambiental, mas também para reduzir os estresses e, estimular a sensação de tranquilidade e respeito ao lugar.

4. Procedimentos Metodológicos

Primeiramente para a elaboração do presente trabalho, foi realizado o levantamento teórico adotando a abordagem qualitativa, através de revistas e artigos científicos. A partir desse embasamento, é possível subsidiar a concepção e definição dos espaços, serviços e estratégias arquitetônicas para o anteprojeto do centro de acolhida, alinhando a proposta com às necessidades reais do público-alvo e promover um ambiente incluso e seguro.

Posteriormente, com a finalidade de elaborar o anteprojeto proposto, seguiram-se as etapas de Estudo de Caso, o qual consistiu na análise aprofundada de projetos similares previamente executados, com ênfase em compreender aspectos relacionados ao tema e identificar soluções técnicas, que servem como base para formulação de diretrizes adequadas ao contexto do anteprojeto proposto. Logo em seguida, a etapa de Estudo do Terreno destinado à proposta do projeto, com foco na análise do entorno, e seu contexto imediato. Para isso, foram levantadas informações sobre os dados climáticos e estudo topográfico, a fim de compreender as condicionantes ambientais, e sua inserção na malha da cidade, para identificar acessos e possíveis relações com equipamentos públicos existentes nas proximidades. Essas análises visam embasar as decisões projetuais, pensando na integração mais eficiente entre a proposta e o tecido urbano local. A terceira etapa, refere-se ao Programa de Necessidades e Pré-Dimensionamento, definindo assim, os requisitos funcionais e espaciais do projeto. O Programa de necessidades foi desenvolvido a partir da identificação das atividades a serem realizadas nos espaços, e do número previsto de usuários, já o pré-dimensionamento consistiu na estimativa preliminar das áreas e volumes necessários para cada ambiente.

Por fim, a última etapa de Estudo Preliminar, que com base nas informações das etapas anteriores, foram desenvolvidas as propostas iniciais de organização espacial, implantação e volumetria do anteprojeto no terreno, que buscam compreender os requisitos funcionais, estéticos e técnicos, considerando ao mesmo tempo as condicionantes ambientais do entorno, topografía e acessos.

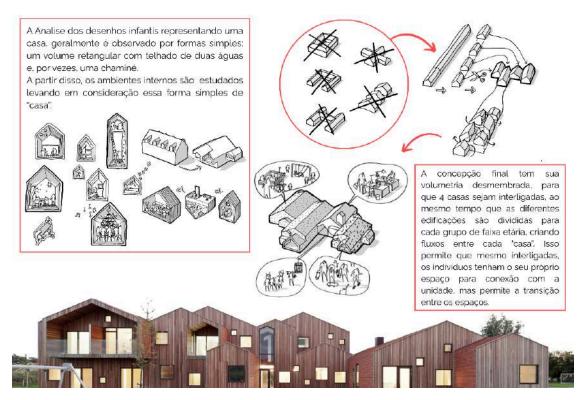
5. Estudo de caso

Casa de Acolhimento para Menores - CEBRA

A "Casa de Acolhimento para Menores" localizada na cidade de Kerteminde, na Dinamarca, foi projetada pelo grupo de arquitetos CEBRA no ano de 2012 e concluída em 2014, possui área de 1.250,00m². A "Lar das Crianças do Futuro" (Children's Home of the Future) propõe uma abordagem de centro de acolhimento infantil em tempo integral, voltado à crianças em situação de vulnerabilidade e marginalizadas, com o conceito "Nossa Casa" busca conciliar segurança e a familiaridade de um lar tradicional

com interpretações sobre o que constitui um ambiente acolhedor para a infância. O projeto se inspira em formas arquitetônicas reconhecíveis das casas dinamarquesas, com telhados inclinados e a água-furtada, reinterpretando esses elementos de forma lúdica e afetiva. O uso da imagem da "casa", particularmente a forma simples de um volume retangular com telhado em duas águas e chaminé como referência tem um peso simbólico, pois desde a infância, esse arquétipo é assimilado como uma representação de lar, segurança e pertencimento. Ao escolher essa volumetria, o projeto além de facilitar a integração com a área residencial circundante, também se ancora nesse simbolismo capaz de comunicar acolhimento de maneira intuitiva e imediata, buscando reforçar à ideia de lar e a sensação de pertencimento (CEBRAARCHITECTURE, s.d.).

Figura 03: Concepção do Lar das Crianças do Futuro, Kerteminde, Dinamarca.



Fonte: CEBRA Architecture (2014) (adaptado pelo autor)

Esta casa de acolhimento é constituída por quatro unidades residenciais, cada uma recebendo jovens de diferentes faixas etárias. Conforme a figura 3, as unidades possuem os quartos individuais, para que cada usuário tenha sua privacidade, e também dispõem de uma sala e cozinha, onde os jovens podem se reunir. As unidades residenciais estão interligadas à uma "unidade central" que dispõe dos espaços administrativos e de lazer. Essa disposição permite a decisão de permanência dos jovens entre os ambientes íntimos, onde prevalecem sua privacidade, e os ambientes coletivos, onde interagem com os demais habitantes. Isso ressalta a importância da privacidade, pois muitas vezes o carácter coletivo desses ambientes, pode corromper a privacidade dos residentes (Silva, 2016).

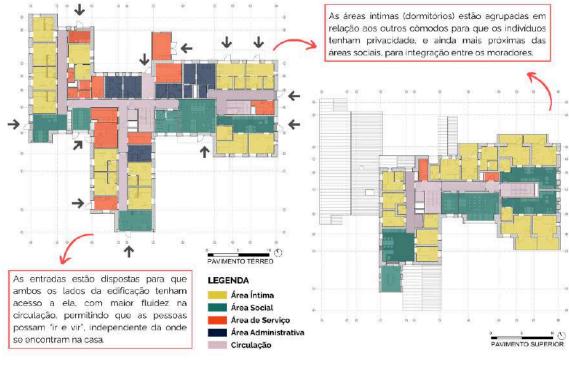


Figura 04: Planta baixa e setorização.

Fonte: CEBRA Architecture (2014) (adaptado pelo autor)

Conforme o grupo de arquitetos CEBRA, os espaços administrativos estão localizados no térreo, próximos às áreas de circulação, proporcionando fácil acesso a todo o local, podendo assim, também interagir com os usuários pelos ambientes ao redor (figura 4). À vista disso, o "Lar das Crianças do Futuro" se torna uma referência para o presente trabalho, oferecendo informações referente a espacialidade, e a forma e composição de edificações deste contexto, podendo ser utilizados para criar um espaço de acolhida que priorize a privacidade e a influência da volumetria para a sensação de lar e bem-estar.

Centro de Bem-Estar para Crianças e Adolescentes

O Centro de Bem-Estar para Crianças e Adolescentes (Edifício Maison D' Accueil de L1enfance Eleanor Roosevelt) é um projeto de abrigo residencial de permanência continua para menores de idade sob tutela legal, localizada em Paris, na França. O edifício foi projetado pelos arquitetos Marjan Hessamfar e Joe Vérons, em 2013 e possui uma área de 6.225m². O projeto tem como objetivo principal oferecer apoio prático, educacional e psicológico à menores em situação de vulnerabilidade social (Hessamfar; Vérons, 2015).

A edificação vertical é composta por subsolo, pavimento térreo e 5 andares a qual cada um é destinado à uma faixa etária diferente. Observa que em ambos os andares, existem espaços de lazer entre os outros ambientes, para trazer o sentimento de familiaridade e bem-estar, e não somente o uso especifico de apoio proposto pela obra. Também dispõe de um terraço em cada pavimento, permitindo a captação da luz natural para dentro do edifício. Cada um dos pavimentos é considerado como uma única unidade, devido a cada uso específico e seu próprio regulamento de saúde, exemplo, a creche está localizada no 4 pavimento para maior privacidade e silencio, enquanto os ambientes de tratamento de saúde estão no térreo e também no 4 pavimento. Além do amplo espaço, o projeto foi pensado para possíveis novos usos, deixando os corredores com dimensões maiores que podem gerar outra função futuramente.

Figura 05: Centro de Bem-Estar para Crianças e Adolescentes, Paris, França.



Fonte: Marjan Hessamfar & Joe Vérons Architectes Associés (2015) (adaptado pelo autor)

Os espaços livres nos terraços são relevantes para integração tanto da natureza e entorno com os usuários, mas também para convívio dos abrigados. Tais espaços, bem como os locais de interação em grupo, proporcionam um ambiente com melhor experiência de uso, e a sensação de não estarem presos somente aos seus dormitórios. A sua implantação em formato de "L" colaborou para que os terraços recebessem a incidência solar da região francesa, permitindo a entrada da luz natural nos ambientes internos e ainda assim, utilizou-se de persianas como proteção para o excesso de incidência nesses espaços e nos quartos dos usuários.

1º PAVIMENTO 2º PAVIMENTO No térreo temos o foco para recepção dos usuários e toda a parte administrativa, ou seja. um pavimento somente para recepção. PAVIMENTO TÉRREO 3º PAVIMENTO 4º PAVIMENTO 1.Hall de RecEpção
 2.Recepção
 3.Escritório da Equipe Profissional 4 Sala de Espera 5 Sala de Visitas Para Familiares 6.Escritório de Servico Social 7.Enfermaria 8 Sala de Reunião 9.Gabinetes da Administração 10.Gabinetes dos responsáveis pelo Os pavimentos para abrigo dos jovens são divididos por faixa etária, ambos dispondo de quartos, seiam individuais caletivos. ambientes ou educacionais como bibliotecas e salas de aula. Devido sua setorização especifica refeitórios e escritório para educadores. para cada andar, no subsplo e no 5º pavimento, são concentradas SUBSOLO as áreas mais técnicas e dos **LEGENDA** LEGENDA funcionários. L. Cozinha 2. Salas Técnicas 3. Arquivos/Depósito 4. Sala de Rounião 5. Biblioteca Funcionários 8. Atelié Área Íntima Area Social Área de Servico Área Administrativa 7. Lavanderia 8. Refeitório Circulação

Figura 06: Planta baixa e setorização.

Fonte: Marjan Hessamfar & Joe Vérons Architectes Associés (2015) (adaptado pelo autor)

Por fim, ressalta a preocupação dos arquitetos em promover as relações em grupo, priorizando os locais onde ocorrerão essa interação, a funcionalidade dos ambientes e também a divisão entre os pavimentos, respeitando à privacidade e especificações de cada faixa etária.

A partir da análise dos projetos "Lar das Crianças do Futuro", na Dinamarca, e do "Centro de Bem-Estar para Crianças e Adolescentes", na França, foram identificadas diretrizes relevantes para o desenvolvimento do presente trabalho, cujas abordagens se mostraram particularmente inspiradoras e coerentes com os objetivos propostos.

O projeto dinamarquês se destaca pela adoção da volumetria tradicional da casa, com telhado em duas águas e chaminé, elementos que remetem ao arquétipo infantil de lar e pertencimento. Essa escolha simbólica, que muito me interessa incorporar, contribui não apenas para a integração visual com o entorno, mas também para a construção de uma atmosfera acolhedora, aspecto fundamental para o público-alvo do projeto em questão. Outro ponto de grande interesse é sua organização espacial: unidades residenciais interligadas a um núcleo central. Essa configuração oferece uma solução eficaz ao equilibrar a privacidade dos usuários, por meio de quartos individuais, e a convivência comunitária, promovida por ambientes coletivos como salas, bibliotecas e refeitórios. Trata-se de uma espacialidade que será considerada como base para o desenvolvimento do presente trabalho.

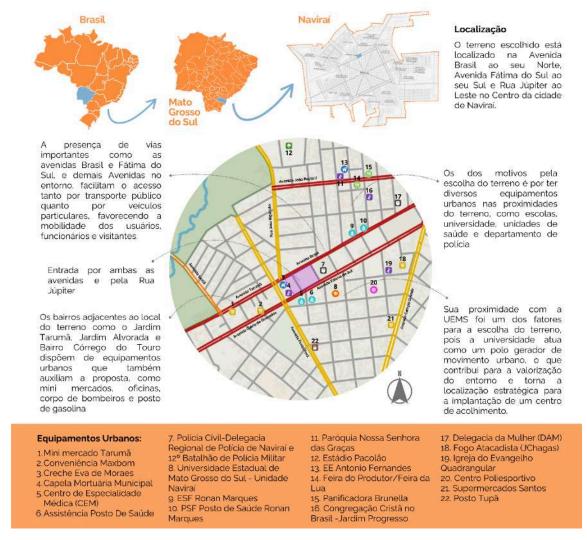
Já o projeto francês, de caráter vertical, propõe uma separação por faixas etárias em pavimentos distintos, com áreas de lazer integradas às funções principais e terraços distribuídos em todos os andares. Além disso, a presença de corredores amplos revela uma clara preocupação com a flexibilidade e adaptabilidade ao longo do tempo, princípio que pretendo replicar na proposta. Dessa forma, elementos como a linguagem arquitetônica simbólica, a valorização da privacidade individual, a promoção da convivência comunitária, a integração com a natureza e a adaptabilidade espacial foram selecionados como referências projetuais e que serão incorporados como diretrizes norteadoras da proposta de acolhimento desenvolvida neste trabalho.

6. Análise do Terreno para Implantação e Estudos Preliminares

Um dos principais fatores da análise urbana que influenciaram na escolha do terreno proposto para a proposta do Centro de Acolhida em Naviraí foi a presença significativa de equipamentos urbanos nas proximidades, como unidades de saúde, universidade e delegacia de polícia. Outro fator determinante é a sua localização estratégica em relação às principais vias de acesso da cidade. As avenidas adjacentes ao terreno exercem função de vias arteriais, o que possibilita o amplo acesso tanto ao local da proposta quanto à malha viária da região. Além de justificar a escolha do terreno, o estudo de sua inserção urbana também estabelece possíveis diretrizes que fundamentam o conceito e o partido arquitetônico a ser adotado no projeto, considerando tanto a condição atual da área quanto sua integração com o tecido urbano existente.

O terreno escolhido está localizado entre a Avenida Fátima do Sul ao seu Sul, Avenida Brasil ao seu Norte e Rua Júpiter ao Leste no Centro, situado na região Norte da cidade de Naviraí. O local da implantação da proposta está inserido na Zona de Uso Misto Norte e Sul (ZUMN).

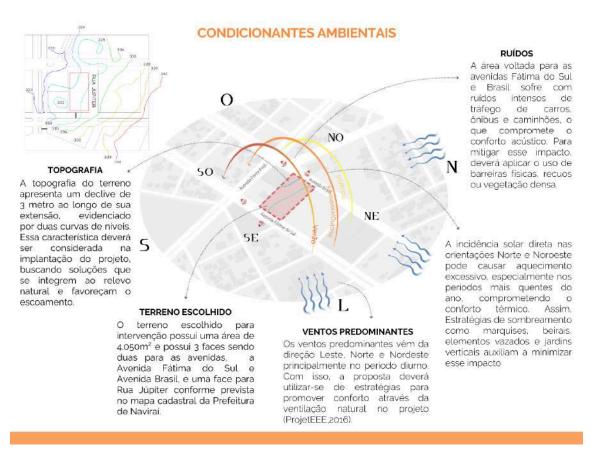
Figura 07: Localização.



6.1. Condicionantes Ambientais do Terreno

O lote com área de 4.050 m², como mencionado anteriormente está localizado entre duas avenidas, sendo elas vias principais, e a Rua Júpiter, uma via secundária. A sua topografía apresenta um leve declive de aproximadamente um metro ao longo do terreno, e apresenta duas curvas de níveis no local conforme Figura 8 e, portanto, como solução projetual, está previsto o uso de fundações com pequenos pilotis para que a edificação toque minimamente o solo e se adapte à topografía existente, evitando assim, intervenções excessivas no solo do terreno para a implantação do Centro de Acolhida.

Figura 08: Condicionantes Ambientais.



Além disso, um dos fatores importantes no desenvolvimento arquitetônico é a adequada orientação solar do terreno. Considerando a elevada incidência de radiação nas fachadas voltadas para o Norte e Noroeste, propõe-se a adoção de estratégias de sombreamento, como o uso de cobogós e elementos vazados, que atuam tanto no controle térmico quanto na qualificação estética das fachadas. Tais dispositivos arquitetônicos ajudam a minimizar o ganho de calor direto, promovendo conforto térmico nos ambientes internos e reduzindo a dependência de sistemas artificiais de climatização. A análise dos ventos predominantes do Leste, Norte e Nordeste durante o período diurno orienta o uso da ventilação cruzada como estratégia bioclimática. Tal solução permite a renovação constante do ar e o resfriamento natural dos espações, contribuindo para o conforto térmico dos ambientes, e reduzindo a necessidade de ventilação artificial. Em relação ao ruído urbano, identificou-se a presença de fontes de ruído urbano provenientes das vias movimentadas do entorno, ainda que, a Rua Júpiter ainda não esteja asfaltada, contribui para o som local com o tráfego de veículos e moradores, dito isso, para mitigar tais interferências, prevê-se a implantação de áreas verdes como barreiras vegetais, aliadas ao uso dos recuos estratégicos, para atenuar a propagação do som nos ambientes internos.

Diante dos condicionantes ambientais identificados no terreno, o projeto adota uma abordagem arquitetônica para minimizar os impactos negativos, adotando soluções

como fundação em pilotis, estratégias de sombreamento, barreiras verdes e ventilação cruzada, evitando problemas de conforto térmico, acústico, e reduzindo os gastos energéticos e com ventilação artificial. Essas decisões não somente reduzem os impactos ambientais negativos e o consumo energético, mas também colaboram para que os ambientes internos sejam mais adequados e coerentes ao uso proposto.

7. Proposta Arquitetônica

7.1. Conceito

O projeto do Centro de Acolhida nomeado "Casulo" será fundamentado na ideia de "Lar", buscando criar ambientes que proporcionem acolhimento e pertencimento para os indivíduos em situação de vulnerabilidade, especificamente os membros da comunidade LGBTQIAPN+. Através do simbolismo de "Lar", a arquitetura do centro será projetada para evocar essa sensação através de elementos simbólicos que remetem à familiaridade e conforto, principalmente da utilização de formas simples e reconhecíveis, como telhados inclinados e volumes retangulares.

7.2. Partido

A proposta do Centro de Acolhida foi concebida a partir dos estudos e análises do terreno realizadas anteriormente (estudo de caso, analise do entorno e condicionantes ambientais). A orientação solar e a direção dos ventos predominantes nortearam a organização espacial da edificação, visando conforto térmico e eficiência energética, enquanto a espacialização dos estudos de casos contribuiu para que tal espacialização promovesse a privacidade dos usuários, mas não segregasse dos espaços propostos. Os ambientes de longa permanência, como dormitórios e salas de convivência, foram posicionados em áreas com menor incidência direta de radiação solar (Oeste, Sudoeste e Sul), enquanto ambientes de curta permanência e áreas molháveis, como serviços, circulação e banheiros, foram direcionados às fachadas Norte e Noroeste, recebendo maior carga térmica.

Assim, para maior proteção contra a incidência solar direta nos dormitórios (Setor privativo), a implantação de elementos vazados na orientação Noroeste tem como objetivo minimizar a exposição direta do sol (Figura 09), juntamente com a vegetação dos jardins centrais. Para as coberturas, a inserção do átrio tem como principal objetivo otimizar a iluminação e a ventilação natural dos ambientes internos. Essa abertura zenital permite a entrada de luz natural difusa ao longo do dia, reduzindo a necessidade de iluminação artificial. Além disso, o átrio atua como um ponto estratégico de ventilação, favorecendo a renovação do ar e o conforto térmico por meio do efeito chaminé, em que o ar quente tende a subir e escapar pela abertura superior.

Figura 09: Zoneamento inicial por manchas.



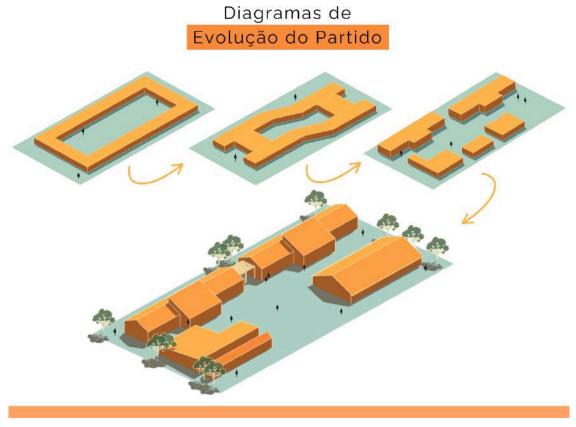
Figura 10: Pré-Dimensionamento.

Bloco 1		Bloco 2		Bioco 3	
Quant, Ambiente	Area(m2)	Quant. Ambiente	Area(m2)	Quant. Ambiente	Area(m2)
1 AMBULATÓRIO	11,2	2 COZINHA COMPARTILHADA	24,75	1 CÂMARA FRIA	5,64
1 ASSISTÊNCIA JÚRIDICA	12,45	8 DORMITORIO	8,46	1 CARGA E DESCARGA	8,04
1 ASSISTÊNCIA PSICOLOGICA	17,42	4 DORMITORIO ADAPTADO	9,93	1 COZINHA	36,68
1 ASSISTENCIA SOCIAL	12,45	1 SALA DE CONVÍVIO	33,8	1 ESTENDAL	10,93
1 CIRCULAÇÃO	34,6	2 VESTIÁRIO UNISEX	22,81	1 HIGIENIZAÇÃO LOUÇA	9,88
1 COORDENAÇÃO GERAL	28,55	2 W.C. P.C.D	8,46	1 LAVANDERIA	10,68
1 COPA	12,45			1 LIXO	4,08
1 DIRETORIA	7,25			1 SALA MULTIUSO	89,91
1 EQUIPE TÉCNICA/REUNIÃO	8,46			1 REFEITORIO	80,23
1 EXPURGO	8,29			1 W.C. P.C.D	4,35
1 RECEPÇÃO	17.4			1 W.C. UNISEX	12,44
1 SALA DE ATENDIMENTO	11,62				
1 SALA DE EXPOSIÇÃO/WORKSHOP 1	25,15				
1 SALA DE EXPOSIÇÃO/WORKSHOP 2	36,15				
1 SALA MÉDICA	14,1				
1 W.C.P.C.D	4,35				
1 W.C UNISEX	12,44				

Fonte: Autor, 2025

A etapa do pré-dimensionamento foi desenvolvida a partir da definição do programa de necessidades, considerando tanto a demanda estimada de usuários quanto os serviços previstos. Para isso, foi utilizado documentos de projetos com o tema semelhante ao do anteprojeto como referência.

Figura 11: Evolução da volumetria.



Fonte: Autor, 2025

7.1. Volumetria

O processo de evolução da volumetria ilustrado na Figura 11 segue princípios semelhantes aos utilizados no projeto da *Casa de Acolhimento para Menores* do grupo CEBRA, refletindo uma abordagem centrada na humanização dos espaços e na criação de um ambiente mais doméstico. Inicialmente, a volumetria parte de um bloco em forma de anel fechado, representando uma configuração institucional rígida e centralizada. Essa forma, embora eficiente em termos de controle e organização, transmite uma sensação de isolamento, assim, na etapa seguinte, o volume é aberto e suavizado, criando vazios centrais e formas curvas. Essa transformação indica uma transição para uma abordagem mais fluida e flexível. O terceiro estágio fragmenta o volume em diversos blocos menores, dispostos de forma mais orgânica. Essa configuração reflete à lógica adotada pelos arquitetos de CEBRA, onde os arquitetos optaram por uma composição de casas agrupadas, mas independentes e com um foco central, nesse caso, entorno de pátios e passagens.

Na etapa final, os volumes são distribuídos e integrado a caminhos entre os blocos e elementos como coberturas metálicas. Assim como no projeto dinamarquês, a volumetria final cria um ambiente que se assemelha a uma "casa", com espaços de convivência internos e externos que favorecem o bem-estar dos acolhidos, e a representação do volume retangular com telhado em duas águas como simbolismo de lar, segurança e pertencimento.

7.2. Setorização e Fluxos

A organização espacial do anteprojeto foi estruturada com base em uma setorização clara e na definição de fluxos, visando o bom funcionamento do equipamento, a privacidade dos usuários e a eficiência dos serviços oferecidos. A setorização do espaço foi dividida em quatro categorias principais: privativo, serviço, social e administrativo, conforme a Figura 12. O setor privativo, é composto por dormitórios e banheiros, priorizando a privacidade e o conforto dos acolhidos. O setor de serviço, reúne os ambientes de apoio técnico, como cozinha, lavanderia, e depósitos, além dos serviços oferecidos pelo centro de acolhida. O setor social, concentra os espaços de convivência e integração, tais como salas de exposições, salas multiuso e ambientes coletivos. Já o setor administrativo, indicado em rosa, abrange os ambientes de gestão e atendimento técnico, como recepção, salas de coordenação e espaços de escuta individualizada.

Paralelamente à setorização, foi estabelecido um sistema de fluxos diferenciados, que organiza e qualifica a circulação no interior do centro. O fluxo dos usuários conecta os principais ambientes do cotidiano dos acolhidos, respeitando a hierarquia de privacidade entre os espaços. O fluxo dos funcionários permite a circulação entre áreas técnicas e de serviço de forma restrita, sem interferência no convívio dos usuários. O fluxo de resíduos possui trajeto próprio e segregado, assegurando condições sanitárias adequadas. Além disso, os acessos são divididos entre o acesso principal, voltado para a Avenida Fátima do Sul, enquanto o acesso de serviço, destinado exclusivamente às demandas técnicas e operacionais, está para a Avenida Brasil.

7.3 Blocos

O bloco um é o espaço receptivo, atuando como porta de entrada e interface de comunicação entre os ambientes interno e externo do projeto. Esse bloco abriga uma série de funções importantes: espaços para exposições e workshops; atendimento especializado, com equipes dedicadas às demandas específicas dos indivíduos em situação de vulnerabilidade; e a área administrativa, concentrando os espaços de gestão, coordenação das atividades e serviços oferecidos pelo centro de acolhida. Dessa forma, o Bloco 1 desempenha um papel fundamental como espaço de acolhimento, integração e suporte aos usuários, estabelecendo uma conexão fluida entre o ambiente interno e o contexto externo.

Figura 12: Bloco 1



O bloco dois é dedicado exclusivamente à função habitacional, destinado ao acolhimento e à moradia. Esse bloco é composto por 24 quartos individuais, sendo 8 deles adaptados para pessoas com deficiência. Além dos dormitórios, o Bloco 2 conta com outras amenidades e espaços compartilhados que fomentam a convivência e o bem-estar dos moradores, tais como: Cozinha compartilhada, permitindo que os residentes possam preparar suas próprias refeições de forma autônoma; Vestiários, proporcionando privacidade e conforto para a higiene pessoal e salas de convívio, onde os moradores podem se reunir, socializar e realizar atividades em conjunto. Dessa forma, o Bloco 2 oferece não apenas abrigo, mas também uma estrutura que promove a autonomia, a integração social e o fortalecimento da comunidade entre os indivíduos acolhidos.

Figura 13: Bloco 2



O bloco três é dedicado exclusivamente às atividades de interação social e serviços voltados aos moradores. Destaca-se a presença de uma grande sala multiuso, equipada com mobiliário flexível, que permite a realização de diversas atividades de recreação, reabilitação e lazer. Nesse mesmo espaço, há um palco que possibilita a realização de apresentações, palestras e performances, permitindo que eles compartilhem suas habilidades e expressem sua identidade com o público externo. Além disso, o bloco conta com um refeitório, onde os moradores podem realizar suas refeições em um ambiente coletivo, uma cozinha industrial, destinada ao preparo de alimentos pela equipe de funcionários do centro, permitindo a realização de atividades de capacitação e desenvolvimento profissional, e uma lavanderia, para a lavagem e secagem de roupas dos residentes.

Figura 14: Bloco 3



7. Conclusões Parciais

O desenvolvimento do anteprojeto "Centro de Acolhida Casulo: Apoio e Inclusão para Pessoas em Situação de Vulnerabilidade Social e da Comunidade LGBTQIA+" evidencia a importância de soluções que articulem acolhimento, proteção e reintegração social para populações marginalizadas. A análise das condições enfrentadas por pessoas em situação de vulnerabilidade social e pela comunidade LGBTQIA+ revelou desigualdades estruturais persistentes e a carência de políticas públicas efetivas, agravadas pela exclusão e pela discriminação.

Ainda assim, o estudo demonstra que há um reconhecimento coletivo da necessidade de centros de acolhimento que não atendam somente às necessidades básicas, mas que também ofereçam meios que promovam a reintegração social, promovendo autonomia, dignidade e o respeito às diversidades. Entre os aspectos destacados, está a importância de uma abordagem que contemple o atendimento especializado aos grupos específicos, garantindo também a privacidade, ambientes acolhedores e seguros. Assim, a criação de espaços compartilhados e de convivência, aliados a uma equipe multidisciplinar capacitada, é fundamental para a criação de um centro de acolhimento.

O presente trabalho destaca a urgência em se pensar em soluções arquitetônicas que vão além do simples acolhimento, mas que promovam a inclusão e o fortalecimento da identidade desses indivíduos em vulnerabilidade. A concepção do "Centro de Acolhida Casulo" busca integrar dimensões sociais, culturais e arquitetônicas, criando um espaço que acolha, ao mesmo tempo que contribui para a construção de uma qualidade de vida mais justa e digna.

REFERÊNCIAS

AIRES, S. **Relatório**: o fenómeno Sem-Abrigo na União Europeia -Bases e tipologias de uma estratégia.Diálogos Setoriais. União Europeia Brasil, [s.d.]. Disponível em: http://www.sectordialogues.org/sites/default/files/acoes/documentos/relatorio_fenomeno_sem_abrigo_na_ue_-bases_e_tipologias_de_uma_estrategia_final_-_sergio_aires.pdf. Acesso em: 02 novembro. 2024.

ALMEIDA, Thaís Paulino. Unidade de acolhimento social: destinada a pessoas em situações de rua. [S.l.: s.n.], 2019.

AMORIM, Bianca. Acolhimento e cidadania LGBT+ no Mato Grosso do Sul. **CasaSatine**. 2022. Disponível em: https://tr.ee/MUjV6Blm_2. Acesso em: 05 outubro. 2024.

ANDRADE, Vitor. Desafios no atendimento, acolhida e integração local de imigrantes e refugiados/as LGBTI. **Cadernos OBMigra-Revista Migrações Internacionais, Brasília**, Vol. 2, n. 2, p. 31-64, 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Vitor-Andrade-15/publication/351823987_Desafios_no_a tendimento_acolhida_e_integracao_local_de_imigrantes_e_refugiadosas_LGBTI/links/60abf47 a92851ca9dce1d2d0/Desafios-no-atendimento-acolhida-e-integracao-local-de-imigrantes-e-refugiados-as-LGBTI.pdf>. Acesso em: 18 abril. 2025.

ARAÚJO, Matheus Menezes. **Centro de acolhimento para a população em situação de rua na cidade de Fortaleza**. 2021. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) — Centro Universitário Unichristus, Fortaleza, 2021. Disponível em: https://repositorio.unichristus.edu.br/jspui/handle/123456789/1122. Acesso em: 10 abril. 2025.

BARP, Luiz Fernando Greiner; MITJAVILA, Myriam Raquel. O reaparecimento da homossexualidade masculina nas estratégias de prevenção da infecção por HIV: reflexões sobre a implementação da PrEP no Brasil. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Vol. 30, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0103-73312020300319>. Acesso em: 20 abril. 2025.

BARROS, Marcos Wanderson Lima. Centro Raízes: **Projeto De Um Centro De Apoio A Comunidade Lgbtqia+.** 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Arquitetura e Urbanismo). Centro Universitário Christus, Fortaleza, 2022. Disponível em: https://repositorio.unichristus.edu.br/jspui/handle/123456789/1631. Acesso em: 15 abril. 2025.

BENEVIDES, Bruna G. **Dossiê**: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023. Brasília, Distrito Federal, **ANTRA**, 125 p. 2024. Disponível em: < https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2025/01/dossie-antra-2025.pdf>. Acesso em: 05 março. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 7053, de 23 de dezembro de 2009**. Política Nacional para a População em Situação de Rua. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, seção 1, Poder Executivo, Brasília, Distrito Federal, 23 dez. 2009.

CARDOSO, Marta Sofia Batista. **Contributos do Design Para Espaços de Espera Infantil em Unidades de Saúde Familiar**. 2009. Dissertação de Mestrado. University of Western Sydney, Australia, 2009. Disponível em: https://www.proquest.com/openview/b5263bf325fdf05cb2fc67bbf1547921/1?cbl=2026366&diss=y&pq-origsite=gscholar. Acesso em: 29 abril. 2025.

CARVALHO, Claudio Oliveira; MACEDO JÚNIOR, Gilson Santiago. 'Isto é um lugar de respeito!': a construção heteronormativa da cidade-armário através da invisibilidade e violência no cotidiano urbano. **Revista de Direito da Cidade.** ISSN 2317-7721. Vol. 9, n. 1, p. 103-116, 2017. Disponível em: https://doi.org/10.12957/rdc.2017.26356. Acesso em 05 abril. 2025.

CEBRA ARCHITECTURE. **Children's Home of the Future**. Kerteminde, CEBRA Architecture, 2014. Disponível em: https://cebraarchitecture.dk/project/future-childrens-home/>. Acesso em: 08 abril. 2025.

DE MORAIS, Felipe Gasquez et al. Casassa: A relevância de um centro de acolhimento para jovens LGBT marginalizados na Cidade de Presidente Prudente-SP. **Colloquium Socialis**. ISSN: 2526-7035. Vol. 2, N. 3, p. 13-18, 2018. Disponível em: https://journal.unoeste.br/index.php/cs/article/view/2618>. Acesso em 12 abril. 2025.

DOS SANTOS MACHADO, Rafael. Cartografias Museológicas: das resistências e dos processos museológicos em casas de acolhidas LGBT no Brasil. **Museologia & Interdisciplinaridade**, Vol. 11, n. 21, p. 130-148, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.26512/museologia.v11i21.41792. Acesso em: 29 abril. 2025.

DUARTE, Artur de S.; CYMBALISTA, Renato. A casa 1: habitação e diálogo entre público e privado na acolhida de jovens LGBT. In *Anais: Arquitetura e Urbanismo no Brasil: crises, impasses e desafios*. Salvador, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2018. Disponível em: https://www.enanparq2018.com/copia-resultados. Acesso em: 12 abril. 2025.

FERREIRA, Sérgio Reis. As dificuldades dos moradores de rua do Distrito Federal de se inserirem por meio da educação formal. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) — Faculdade de Educação. Universidade de Brasília, Distrito Federal, 2012. Disponível em: https://bdm.unb.br/handle/10483/4892>. Acesso em: 10 abril. 2025.

GOMES, Mônica Araújo; PERREIRA, Maria Lúcia Duarte. Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas. **Ciência & Saúde Coletiva.** Vol. 10, p. 357-363, 2005. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1413-81232005000200013. Acesso em 12 abril. 2025.

GRUPO GAY DA BAHIA. Observatório 2023 de mortes violentas de LGBT+ no Brasil. Salvador, GGB, 2024. Disponível em: https://grupogaydabahia.com.br/wp-content/uploads/bsk-pdf-manager/2024/02/observatorio-202 3-de-mortes-violentas-de-lgbt-1.pdf. Acesso em: 05 outubro. 2024.

GUEDES, Celieny da Silva. **Da casa ao lar: pela humanização das unidades de acolhimento de crianças e adolescentes em Natal/RN**. 2017. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Projeto e Meio Ambiente). Brasil, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/24479>. Acesso em: 12 abril. 2025.

HESSAMFAR, Marjan; VÉRONS, Joe. **Centro de Bem-Estar para Crianças e Adolescentes** / Marjan Hessamfar & Joe Vérons. ArchDaily Brasil, 2015. Disponível em: https://www.archdaily.com.br/br/765064/centro-de-bem-estar-para-criancas-e-adolescentes-marjan-hessamfar-and-joe-verons. Acesso em: 10 abril. 2025.

HMC, Pedro. **Um livro para ser entendido**: criador do Põe na Roda. São Paulo. Ed. Outro Planeta, 2016.

KELLERT, Stephen R.; CALABRESE, Elizabeth F. **The practice of biophilic design**. London: Terrapin Bright Green LLC, Vol. 3, n. 21, 2015.

MORAES, Raphaela Nascimento de. Centro de acolhimento: para pessoas em situação de rua. [S.l.: s.n.], 2019.

OLIVEIRA, Fagner Menezes de. **Stonewall o estandarte da liberdade**: uma análise da transnacionalização do movimento LGBTQIA+. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais). Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, 2024. Disponível em: http://repositorio.ufsm.br/handle/1/34025. Acesso em: 20 abril. 2025.

SANTOS, Lucas Manoel dos. **Aseita!-Centro de acolhimento e lazer ao público LGBTQ+ em estado de vulnerabilidade social**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2022. Disponível em: https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/36174. Acesso em: 12 abril. 2025.

SILVA, Ana Sofia Gomes. **Habitar casas de acolhimento para crianças e jovens em Portugal**. 2016. 210 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2016. Disponível em: http://hdl.handle.net/10316/32924. Acesso em: 08 abril. 2025.

SILVA, Lucas de Medeiros. Coração de mãe: anteprojeto de um centro de apoio ao público LGBT na zona oeste de Natal/RN. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2019. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/33042>. Acesso em: 29 abril. 2025.

SIMÕES, Júlio Assis, FACCHINI, Regina. **Na trilha do arco-íris**: do movimento homossexual ao LGBT. São Paulo. Ed. Fundação Perseu Abramo, 2009.

SOUSA, Daniel Gomes de. **Centro de acolhimento Santa Efigênia destinado a pessoas em situação de rua no bairro Taquara**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: http://hdl.handle.net/11422/19521. Acesso em: 05 outubro, 2025.

VALLECILO, Thais Viana Santos. **Do itinerário urbano das travestis na Lapa à Casa Nem: reflexões sobre o espaço de resistência e luta na sociedade carioca**. 2017. Trabalho de Conclusão de Especialização (Curso de Políticas e Planejamento Urbano) — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: http://hdl.handle.net/11422/17093. Acesso em: 29 abril. 2025.



Apoio e inclusão para pessoas em situação de vulnerabilidade social e da comunidade LGBTQIAPN+

DISCENTES: Luis Felipe Lopes Alves

ORIENTADORA: Rafaella Estevão da Rocha

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL/CPNV



CENTRO DE ACOLHIMENTO COUSTINATION COUSTINAT



Apoio e inclusão para pessoas em situação de vulnerabilidade social e da comunidade LGBTQIAPN+

INTRODUÇÃO

A criação de casas de acolhimento social surge como resposta às crescentes desigualdades nas áreas urbanas, com o objetivo de oferecer um refúgio seguro para pessoas em situação de vulnerabilidade extrema, como falta de moradia, desemprego, despejo, violência doméstica, analfabetismo e desestruturação familiar.

A comunidade LGBTQIAPN+, em especial, enfrenta exclusão, expulsões familiares, e é forçada muitas vezes à marginalização, prostituição e alguns casos, ao uso de drogas. Segundo Morais (2018), as casas de acolhimento voltadas para a população LGBTQIAPN+ em vulnerabilidade cumprem um papel fundamental ao oferecer suporte e promover a reinserção dessas pessoas na sociedade.

"SE A CIDADE DEVE SER UM ESPAÇO LIVRE DE DISCRIMINAÇÃO, POR QUE OS MEMBROS DA COMUNIDADE SÃO TÃO VULNERÁVEIS NOS ESPAÇOS SOCIAIS?"

(CARVALHO; MACEDO, 2017).

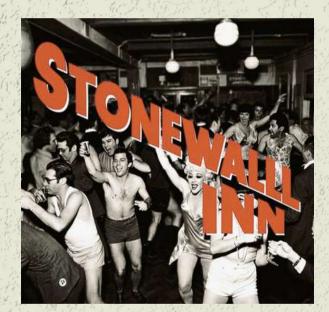
OBJETIVO

Este trabalho tem como objetivo geral elaborar uma proposta de anteprojeto para um centro de acolhimento e apoio às pessoas em vulnerabilidade social e a comunidade LGBTQIAPN+ na cidade de Naviraí, no estado do Mato Grosso do Sul.

VULNERABILIDADE	DESCRIÇÃO
Vulnerabilidade Econômica	Relacionada à escassez de recursos, principalmente financeiros, e à dificuldade de inserção no mercado de trabalho, tais fatores frequentemente associados à migração e que podem levar à situação de rua.
Vulnerabilidade Habitacional	Atinge pessoas em condições de moradias precárias, superlotadas, áreas degradadas ou ameaçadas de despejo, refletindo assim, a exclusão dos espaços urbanos.
Vulnerabilidade Familiar	Refere-se à fragilização ou ruptura dos vínculos familiares, podendo resultar em exclusão ou isolamento social.
Vulnerabilidade de Gênero e Diversidade	Relaciona-se à discriminação baseada em gênero, orientação sexual e identidade de gênero, afetando pessoas que enfrentam maior risco de violência, exclusão e violação de direitos diante da ausência de suporte e proteção.

IMPACTO

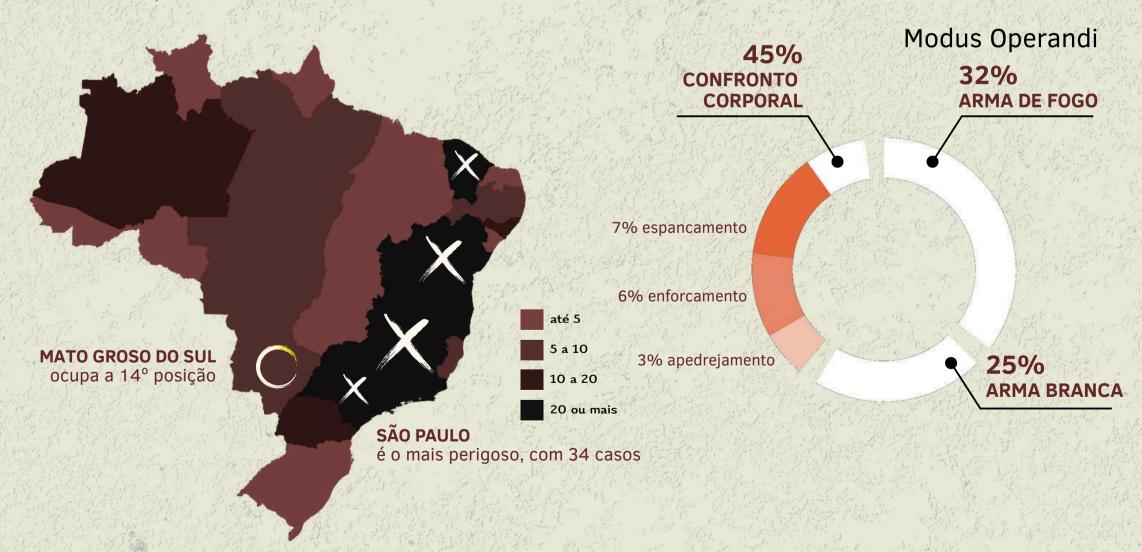
A luta pelos direitos LGBTQIAPN+ possui origens diversas, mas consolidou-se após a Segunda Guerra Mundial, com a criação das primeiras organizações de defesa de gays e lésbicas. O marco histórico mais emblemático ocorreu em 1969, durante as Revoltas de Stonewall, em Nova York, quando a comunidade reagiu à repressão policial no bar Stonewall Inn. Esse levante representou a passagem da invisibilidade para a mobilização pública, fortalecendo o movimento em torno da busca por liberdade, dignidade e respeito, e transformando-se em símbolo global contra a opressão e a discriminação.





MORTES VIOLENTAS DE LGBT+

EM 2023, 257 MORTES VIOLENTAS DOCUMENTADAS



CONCEITO

O projeto do Centro de Acolhida "Casulo" fundamenta-se na ideia de "Lar", visando oferecer acolhimento e sensação de pertencimento a pessoas em situação de vulnerabilidade, especialmente da comunidade LGBTQIAPN+. A arquitetura busca materializar esse conceito por meio de elementos simbólicos que remetem à familiaridade e ao conforto, como o uso de formas simples, telhados inclinados e volumes retangulares.



CASAS DE ACOLHIDA

As casas de acolhida LGBTQIAPN+ surgem como resposta à exclusão e vulnerabilidade vividas por essa população. Ademais do que abrigo, oferecem um espaço seguro, com respeito, inclusão e apoio psicossocial, fundamentais para reconstruir trajetórias que foram marcadas por preconceito, discriminação e violência.

A escolha do termo "casa" nessas iniciativas não é casual, pois carrega significados simbólicos de pertencimento e proteção. Termos como "acolhimento LGBT" e "cultural" reforçam o caráter formal e plural desses espaços que buscam afirmar direitos fundamentais e promover a dignidade humana (Machado, 2022).









CENTRO POP

Os Centros Pop foram criados pelo Decreto nº 7.053/2009 para atender a população em situação de rua no Brasil, indo além do atendimento emergencial ao promover reintegração social, acesso a direitos e dignidade humana.

CASA 1

Fundada em São Paulo pelo jornalista Iran Giusti, a Casa 1 surgiu para acolher jovens expulsos de casa. Inicialmente sediada em seu próprio apartamento, o projeto foi viabilizado por um financiamento coletivo, assim inaugurada no bairro da Bela Vista.

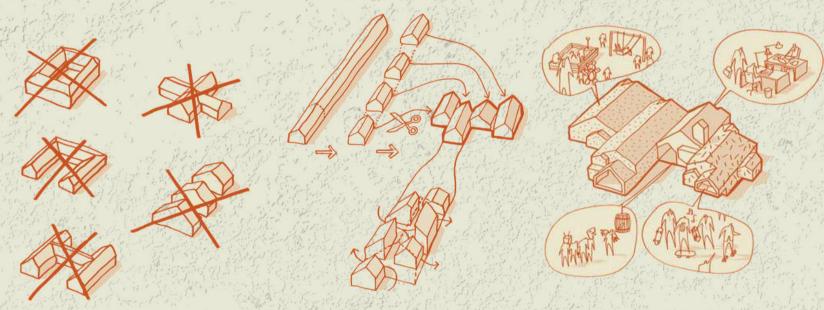
CASA NEM

Localizada na Lapa, no Rio de Janeiro, a Casa Nem é um espaço de acolhimento para mulheres trans e travestis em situação de vulnerabilidade. Além do abrigo, oferece cursos e formações como o "PreparaNem" (para o ENEM), costura, fotografia e Libras.

ESTUDOS DE CASO



O conceito "Nossa Casa" da Casa de Acolhimento para Menores em Kerteminde, Dinamarca, projetada pelo CEBRA, busca criar um espaço acolhedor e afetivo. A arquitetura utiliza formas reconhecíveis das casas dinamarquesas, como telhados inclinados e volumetria simples, reforçando simbolicamente a ideia de lar e pertencimento, promovendo segurança, familiaridade e integração com a comunidade para atender crianças em situação de vulnerabilidade.





ESTUDOS DE CASO

O Centro de Bem-Estar para Crianças e Adolescentes (Edifício Maison D' Accueil de L1enfance Eleanor Roosevelt) é um projeto de abrigo residencial de permanência continua para menores de idade sob tutela legal, localizada em Paris, na França. A edificação é composta por subsolo, térreo e cinco pavimentos, cada um destinado a uma faixa etária específica. Os andares incluem espaços de lazer que promovem familiaridade e bem-estar, além de terraços que permitem entrada de luz natural. Cada pavimento funciona como uma unidade independente, atendendo a regulamentos específicos de saúde, como a creche no 4º andar para maior privacidade, e ambientes de tratamento no térreo e 4º andar. O projeto também prevê flexibilidade futura, com corredores amplos que permitem adaptação a novos usos.

A fachada é composta com brises (ou brise-soleils) móveis, eles auxiliam no controle solar, ajudando a bloquear a radiação direta do sol, reduzindo o aquecimento interno e aumentando o conforto térmico.



Naviraí LOCALIZADO ENTRE CONJ. HAB. HARRY AMORIM COSTA A AVENIDA FÁTIMA Brasil **DO SUL E AVENIDA BRASIL, NO CENTRO** VILA NOVA JARDIM DA CIDADE DE RES. PORTINAR PROGRESSO NAVIRAÍ. JARDIM NOVA ERA PARQUE JARDIM TAP JARDIM PARAISO CONDOMINIO GREEN PARK RESIDENCE RESIDENCE CHÁCAR DE RECRE ROYAL PARK INTERLAGOS RESIDENCE RECANTO DO BOSQU Naviraí JARDIM VALE ECO PARK RESIDENCE ENCANTADO RES SOL NASCENTE VILA JOÃO AREA INDUSTRIAL DE BARROS PORTAL JARDIM OASIS RESIDENCE Mato Grosso do Sul

ENTORNO

A presença de vias importantes como as avenidas Brasil e Fátima do Sul, e demais Avenidas no entorno. facilitam o acesso tanto por transporte público quanto por veículos particulares, favorecendo a mobilidade dos usuários, funcionários e visitantes.

Entrada por ambas as avenidas e pela Rua Júpiter

Os bairros adjacentes ao local do terreno como o Jardim Tarumã, Jardim Alvorada e Bairro Córrego do Touro dispõem de equipamentos urbanos que também auxiliam a proposta, como mini mercados, oficinas, corpo de bombeiros e posto de gasolina

12 18 19 20

Os dos motivos pela escolha do terreno é por ter diversos equipamentos urbanos nas proximidades do terreno, como escolas, universidade, unidades de saúde e departamento de polícia

Sua proximidade com a UEMS foi um dos fatores para a escolha do terreno, pois a universidade atua como um polo gerador de movimento urbano, o que contribui para a valorização do entorno e torna a localização estratégica para a implantação de um centro de acolhimento.

Equipamentos Urbanos:

- Mini mercado Tarumã
- 02 Conveniência Maxbom
- O3 Creche Eva de Moraes
- O4 Capela Mortuária Municipal
- 05 Centro de Especialidade Médica (CEM)
- 04 Assistência Posto De Saúde
- O7 Polícia Civil-Delegacia Regional de Polícia de Naviraí e 12º Batalhão de Polícia Militar
- Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - Unidade Naviraí
- **09** ESF Ronan Marques
- 10 PSF Posto de Saúde Ronan Marques
- Paróquia Nossa Senhora das Graças
- 17 Estádio Pacolão
- 13 EE Antonio Fernandes
- 14 Feira do Produtor/Feira da 2 Lua
- 15 Panificadora Brunella

- 16 Congregação Cristã no Brasil Jardim Progresso
- 77 Delegacia da Mulher (DAM)
- 18 Fogo Atacadista (JChagas)
- 19 Igreja do Evangelho Quadrangular
- a**20** Centro Poliesportivo **21** Supermercados Santos
- 22 Posto Tupã

CONDICIONANTES AMBIENTAIS

TERRENO ESCOLHIDO

O terreno escolhido para intervenção possui uma área de 4.050m² e possui 3 faces sendo duas para as avenidas, a Avenida Fátima do Sul e Avenida Brasil, e uma face para Rua Júpiter conforme prevista no mapa cadastral da Prefeitura de Naviraí.

RUÍDOS

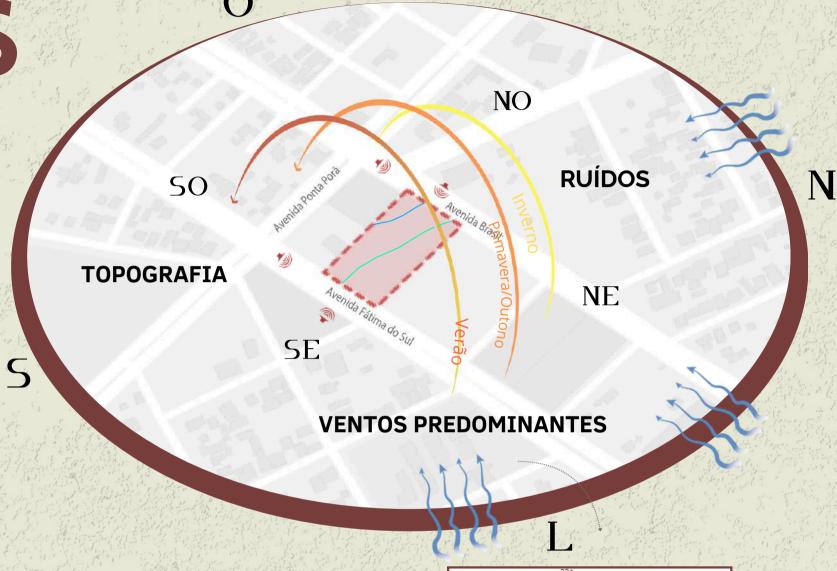
A área de intervenção voltada para as movimentadas avenidas Fátima do Sul e Brasil está sujeita a ruídos urbanos intensos de tráfego de carros, ônibus e caminhões que podem comprometer o conforto acústico, portanto, para mitigar esse impacto acústico deverá aplicar o uso de barreiras físicas, recuos ou vegetação densa na edificação.

VENTOS PREDOMINANTES

Os ventos predominantes segundo o ProjetEEE vêm da direção Leste, Norte e Nordeste principalmente no período diuno. Com isso, a proposta deverá utilizar-se de estratégias para promover conforto através da ventilação natural no projeto.

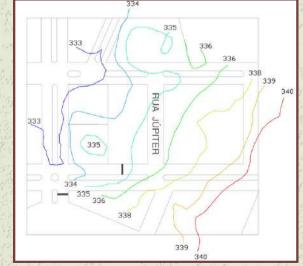
INCIDÊNCIA SOLAR

A incidência solar direta nas fachadas voltadas para Norte e Noroeste pode resultar em aquecimento excessivo, especialmente nos períodos mais quentes do ano, afetando o desempenho térmico dos ambientes. Sendo assim, estratégias passivas como brises, beirais, vegetação e elementos de sombreamento são recomendados para minimizem o excesso de incidência.



TOPOGRAFIA

A topografia do terreno apresenta um declive de 1 metro ao longo de sua extensão, evidenciado por duas curvas de niveís. Essa característica deverá ser considerada na implantação do projeto, buscando soluções que se integrem ao relevo natural e favoreçam o escoamento.



MEMORIAL JUSTIFICATIVO

INTRODUÇÃO

As casas de acolhimento voltadas especificamente para a comunidade LGBTQIAPN+ surgem como uma resposta necessária para proporcionar não apenas espaços seguros, mas também de acolhimento, onde as pessoas possam se sentir aceitas, respeitadas e protegidas. Além disso, o acolhimento auxilia na superação de desafios individuais, no fortalecimento da independência e na oferta de serviços básicos para os acolhidos, promovendo sua reintegração ao convívio social com dignidade

MEMORIAL JUSTIFICATIVO

As normas e legislações pertinentes, incluindo as leis de zoneamento e os decretos municipais, serviram como base fundamental para o desenvolvimento do projeto arquitetônico. Além disso, os condicionantes ambientais do terreno, como aspectos climáticos e topográficos, foram cuidadosamente analisados e utilizados para a formulação de estratégias projetuais adequadas ao local.

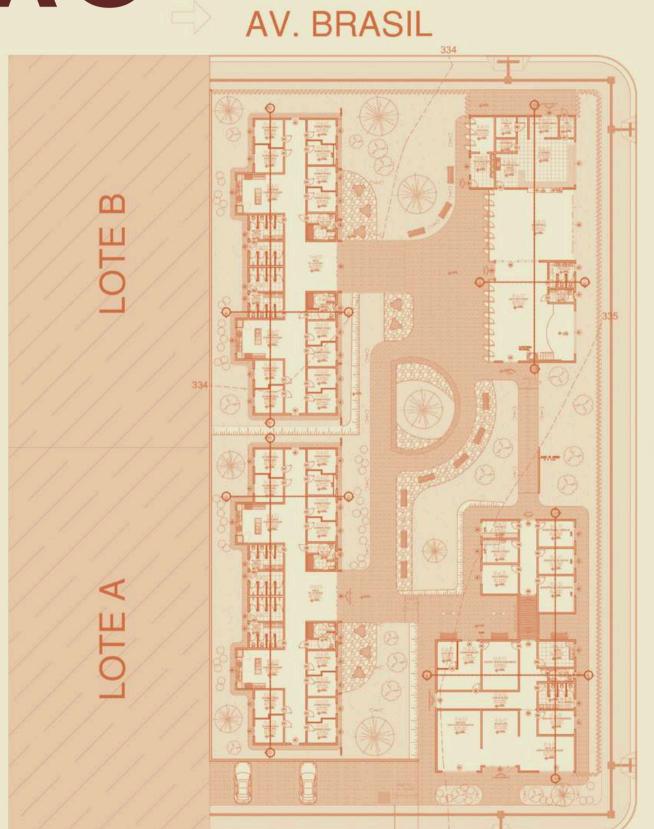
LOCALIZAÇÃO

O terreno selecionado para a implantação do projeto está situado na região norte da cidade de Naviraí, delimitado pela Avenida Fátima do Sul ao sul, Avenida Brasil ao norte e Rua Júpiter a leste, no centro da cidade. O local escolhido encontra-se inserido na Zona de Uso Misto Norte e Sul (ZUMN), de acordo com o zoneamento municipal.



IMPLANTAGÃO





AV. FÁTIMA DO SUL

PROJETO

BLOCO 1 - ATENDIMENTO

O Bloco 1 é o espaço receptivo da proposta, atuando como a porta de entrada e a interface de comunicação entre o ambiente interno e externo do projeto. Esse bloco abriga uma série de funções importantes: espaços para exposições e workshops organizados pelos próprios moradores, permitindo que eles compartilhem suas habilidades e expressem sua identidade; atendimento especializado, com equipes dedicadas a atender as demandas específicas dos indivíduos em situação de vulnerabilidade que buscam o centro; e a área administrativa, concentrando os espaços de gestão e coordenação das atividades e serviços oferecidos pelo centro de acolhida. Dessa forma, o Bloco 1 desempenha um papel fundamental como espaço de acolhimento, integração e suporte aos usuários, estabelecendo uma conexão fluida entre o ambiente interno e o contexto externo.





PROJETO

BLOCO 2- HABITACIONAL

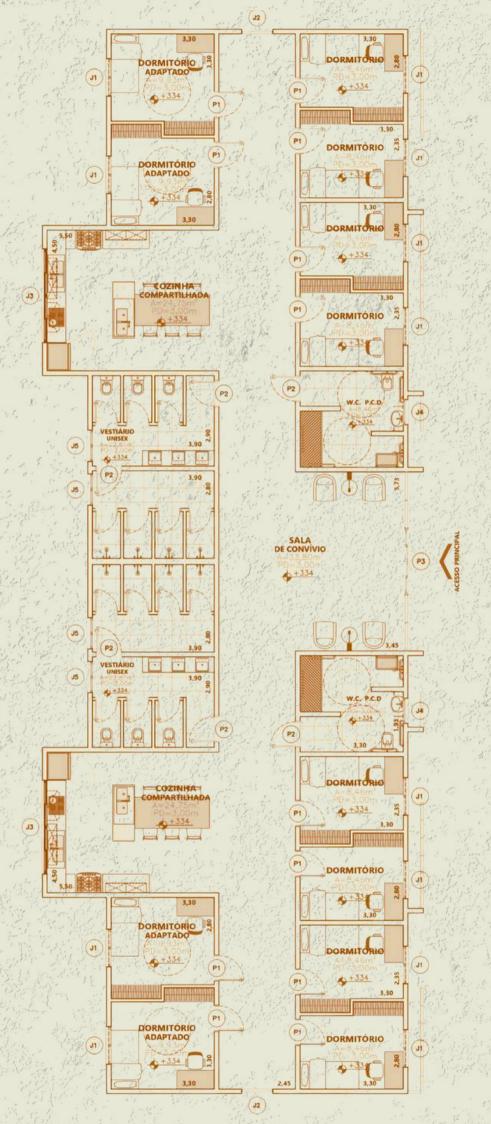
O Bloco 2 é dedicado exclusivamente à função habitacional, destinado ao acolhimento e moradia dos indivíduos em situação de vulnerabilidade. Esse bloco é composto por 24 quartos individuais, sendo 8 deles adaptados para pessoas com deficiência, propondo acessibilidade e atendimento às necessidades específicas desse público.

Além dos dormitórios, o Bloco 2 conta com outras amenidades e espaços compartilhados que fomentam a convivência e o bem-estar dos moradores, tais como:

- Cozinha compartilhada, permitindo que os residentes possam preparar suas próprias refeições de forma autônoma.
- Vestiários, proporcionando privacidade e conforto para a higiene pessoal.
- Salas de convívio, onde os moradores podem se reunir, socializar e realizar atividades em conjunto.

Dessa forma, o Bloco 2 oferece não apenas abrigo, mas também uma estrutura que promove a autonomia, a integração social e o fortalecimento da comunidade entre os indivíduos acolhidos.





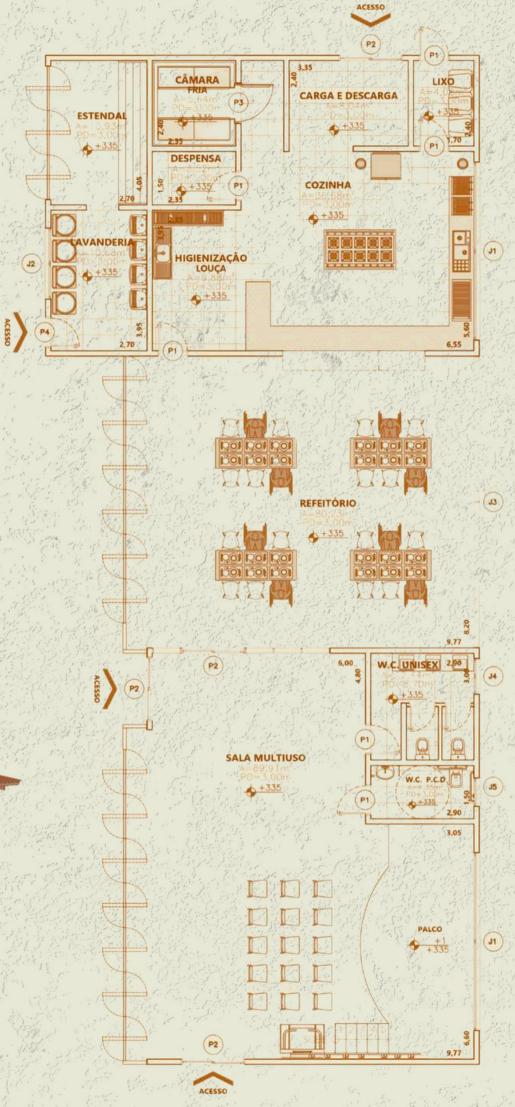
PROJETO

BLOCO 3- SOCIAL

O Bloco 3 é dedicado exclusivamente às atividades de interação social e serviços específicos voltados aos moradores do centro de acolhimento. Destaca-se a presença de uma grande sala multiuso, equipada com mobiliário flexível, que permite a realização de diversas atividades de recreação, reabilitação e lazer pelos residentes. Nesse mesmo espaço, há um palco que possibilita a realização de apresentações, palestras e performances dos próprios moradores, permitindo que eles compartilhem suas habilidades e expressem sua identidade com o público externo.

Além disso, o bloco conta com um refeitório, onde os moradores podem realizar suas refeições em um ambiente coletivo, uma cozinha industrial, destinada ao preparo de alimentos pela equipe de funcionários do centro, permitindo a realização de atividades de capacitação e desenvolvimento profissional, e uma lavanderia, para a lavagem e secagem de roupas dos residentes.





















CENTRO DE ACOLHIMENTO COLONIA COLONIA

Apoio e inclusão para pessoas em situação de vulnerabilidade social e da comunidade LGBTQIAPN+

Memorial Descritivo CENTRO DE ACOLHIMENTO CASULO

Apoio e inclusão para pessoas em situação de vulnerabilidade social e da comunidade LGBTQIAPN+



INTRODUÇÃO

A criação de casas de acolhimento social para pessoas em situação de vulnerabilidade social visa enfrentar as crescentes desigualdades urbanas, oferecendo um refúgio seguro para pessoas em situação de vulnerabilidade nas áreas urbanas.

FICHA TÉCNICA

Localizado entre as Avenidas Fátima do Sul e Brasil -Naviral/MS

Tipo de uso: Institucional e Habitacional (Misto)

Nome: Centro de Acolhimento Casulo

Número de pavimentos: 01 Área do terreno: 4050 m²

Área total construída: 1003,15 m²

CONSIDERAÇÕES GERAIS

O presente memorial descritivo tem por objetivo apresentar e detalhar as diretrizes técnicas, funcionais e conceituais que orientaram o desenvolvimento do projeto. Descrever de forma clara as características construtivas, os materiais especificados, os sistemas adotados e as soluções arquitetônicas empregadas, seguindo as normas estabelecidas pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas.

SISTEMAS CONSTRUTIVOS

Para a implementação do projeto será adotado o sistema construtivo em alvenaria convencional, composto por pilares, vigas e lajes pré-moldadas em concreto armado, devido sua agilidade na montagem, padronização e qualidade estrutural. A cobertura será realizada em telha cerâmica, escolhida por suas propriedades térmicas e estéticas conforme conceito do projeto

VEDAÇÕES

Para as paredes do projeto será utilizado blocos cerâmicos furados (8 furos) com revestimento em argamassa, devido à sua boa resistência mecânica, facilidade de execução e desempenho térmico.

As paredes terão por padrão a largura de 15cm, e de acordo com as características técnicas descritas na NBR 7171 para Blocos cerâmicos de alvenaria.

ESQUADRIAS

As portas de madeira especificadas no projeto deverão atender à ABNT NBR 15930 – Portas de madeira para edificações, quanto aos esforços mecânicos e resistência à umidade.

As esquadrias adotadas no projeto serão confeccionadas em perfis de alumínio anodizado, devido a sua durabilidade e resistência contra corrosão, riscos e abrasão.

ELEMENTOS DE COMPOSIÇÃO

A composição da fachada do projeto integra elementos de sombreamento e permeabilidade visual, como brises móveis em alumínio e painéis de cobogós em madeira, que desempenham tanto na estética arquitetônica quanto no desempenho ambiental da edificação.

Os brises móveis em alumínio foram adotados com o objetivo de controlar a incidência solar direta, permitindo o ajuste da luminosidade e ventilação natural conforme as necessidades de conforto dos ambientes internos; os cobogós foram empregados como elementos vazados de vedação parcial, possibilitando a passagem de luz difusa e ventilação cruzada.

COBERTURAS

A cobertura do projeto será composta por estrutura metálica; e será executada com telhas cerâmicas. essas que serão assentadas sobre a estrutura metálica.

O sistema de escoamento pluvial da cobertura será composto por cumeeiras, localizadas no ponto mais alto da cobertura, terão a função de vedar o encontro entre as águas das telhas, impedindo infiltrações e permitindo a ventilação do ático. Serão executadas no mesmo material das telhas, assegurando uniformidade estética e estanqueidade adequada.

PINTURA

O acabamento das superfícies internas e externas será realizado por meio de pintura, sendo utilizado nas paredes externas as tintas suvinil foscas, utilizando as cores:







LOTES VIZINHOS

ICONES



TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC-II) ANTEPROJETO ARQUITETÔNICO

Centro de Acolhida Casulo: Apoio e inclusão para pessoas

SITUAÇÃO

em situação de vunerabilidade social e da comunidade

LGBTQIAPN+.

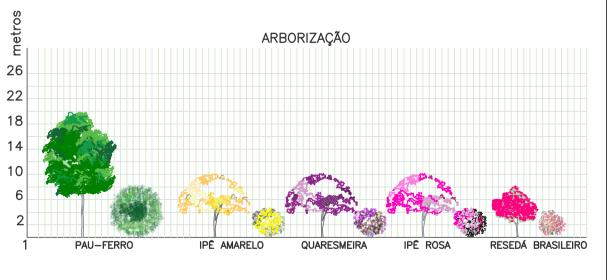


ÍNDICES URBANOS			
ÁREA DE INTERVENÇÃO	4.050m²		
ÁREA PERMEÁVEL	1.154,72m²		
TAXA DE OCUPAÇÃO	38,8%		
n° Vagas de estacionamento	8		

OBSERVAÇÕES

LEGENDA					
EDIFICAÇÃO	PISO DRENANTE	GRAMA	CASCALHO	CALÇADA	LOTES VIZINHOS

	VEGETAÇÃO — QUADRO DE	ARBORIZAÇÃO	
NOME	NOME CIENTÍFICO	PORTE	ICONES
PAU-FERRO	Libidibia ferrea var leiostachya	5–20m	
IPÊ AMARELO	Handroanthus chrysotrichus	6-10m	
IPÊ ROSA	Handroanthus chrysotrichus	6-10m	
QUARESMEIRA	Tibouchina granulosa	8-10m	
RESEDÁ BRASILEIRO	Physocalymma scaberrimum	5–8m	



ENGIDADE.
NIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL
IPLINA:
RABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - BANCA FINAL

CENTRO DE ACOLHIDA CASULO: APOIO E INCLUSÃO PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VUNERABILIDADE SOCIAL E DA COMUNIDADE LGBTQIAPN+.

UNIFICAÇÃO DOS LOTES 04,05,06,08,10,14,15 E 16, ENTRE A AV. FÁTIMA DO SUL E AV. BRASIL, BAIRRO VALE ENCANTADO, NAVIRAÍ - MS

CONTEÚDO:
PLANTA DE IMPLANTAÇÃO - NÍVEL DA EDIFICAÇÃO E PERSPECTIVAS

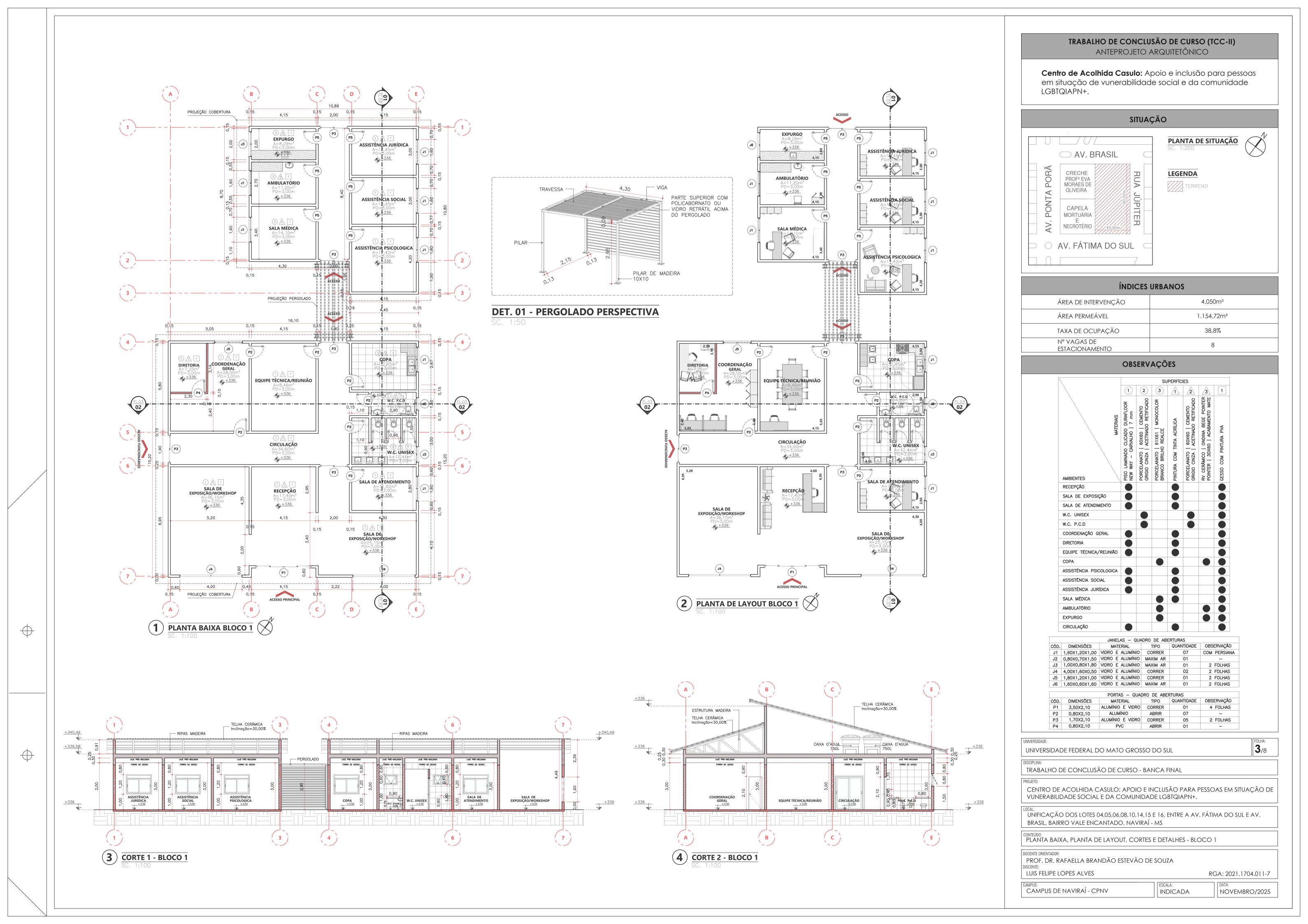
PROF. DR. RAFAELLA BRANDÃO ESTEVÃO DE SOUZA

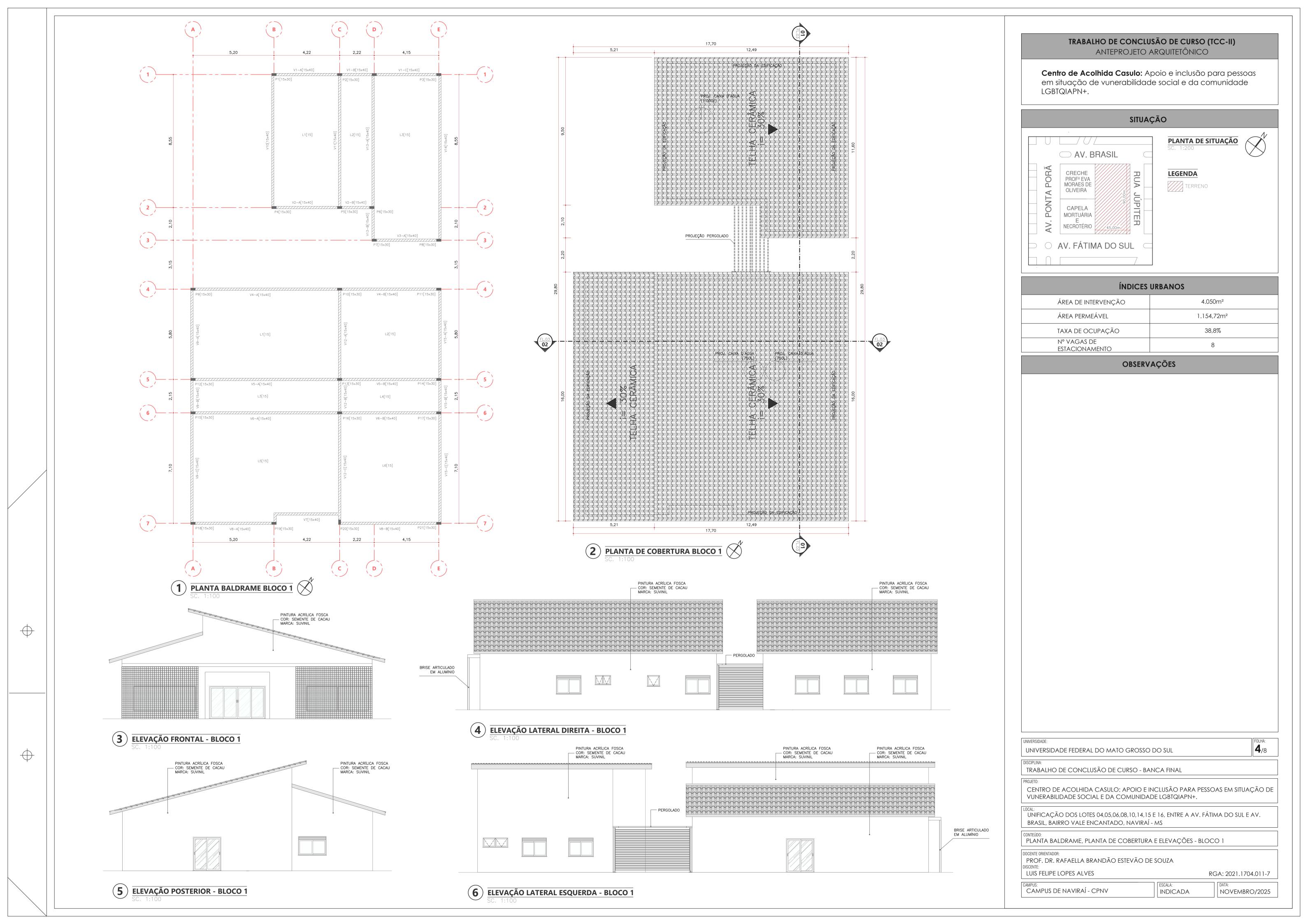
LUIS FELIPE LOPES ALVES

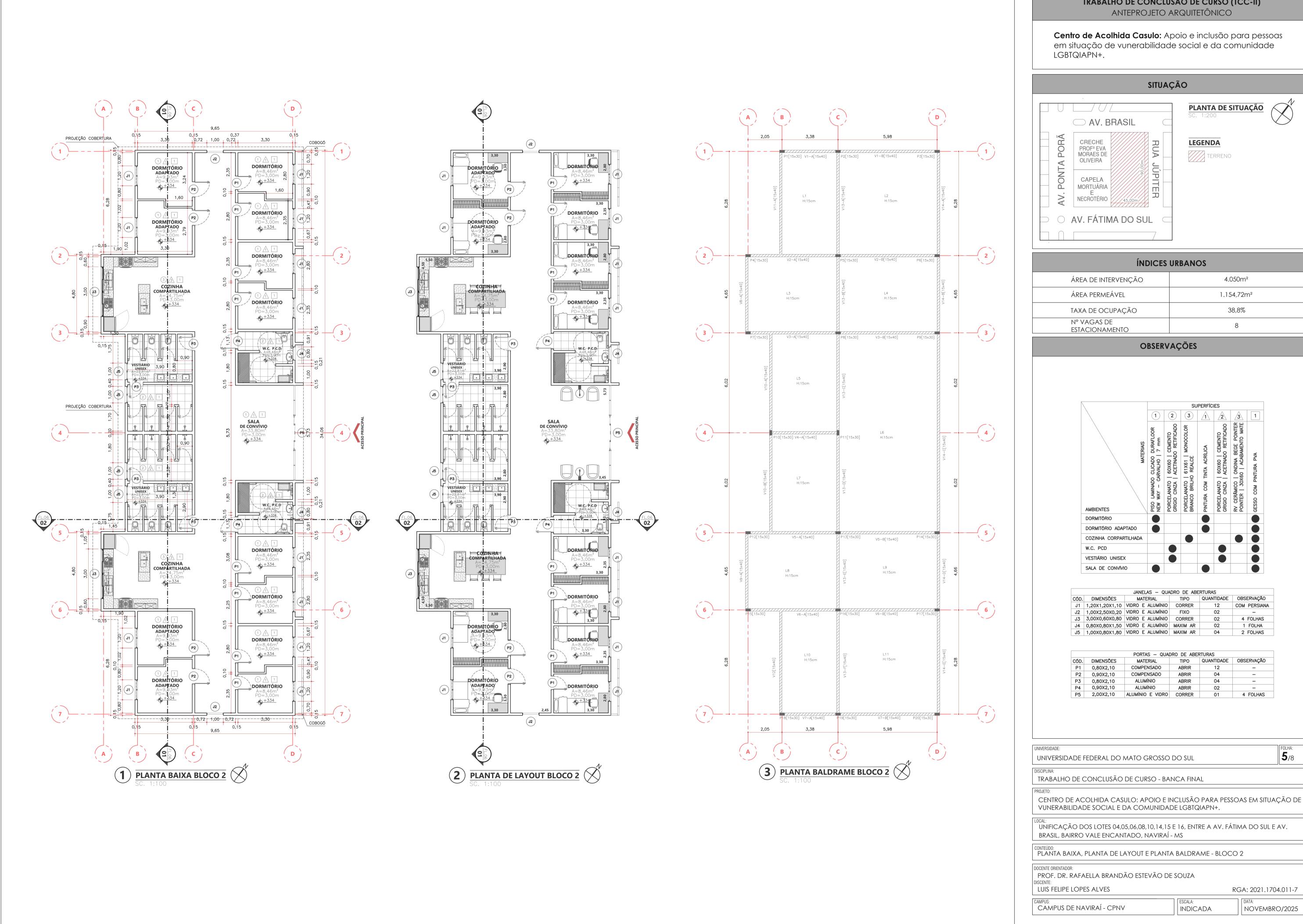
CAMPUS DE NAVIRAÍ - CPNV

ESCALA: INDICADA NOVEMBRO/2025

RGA: 2021.1704.011-7

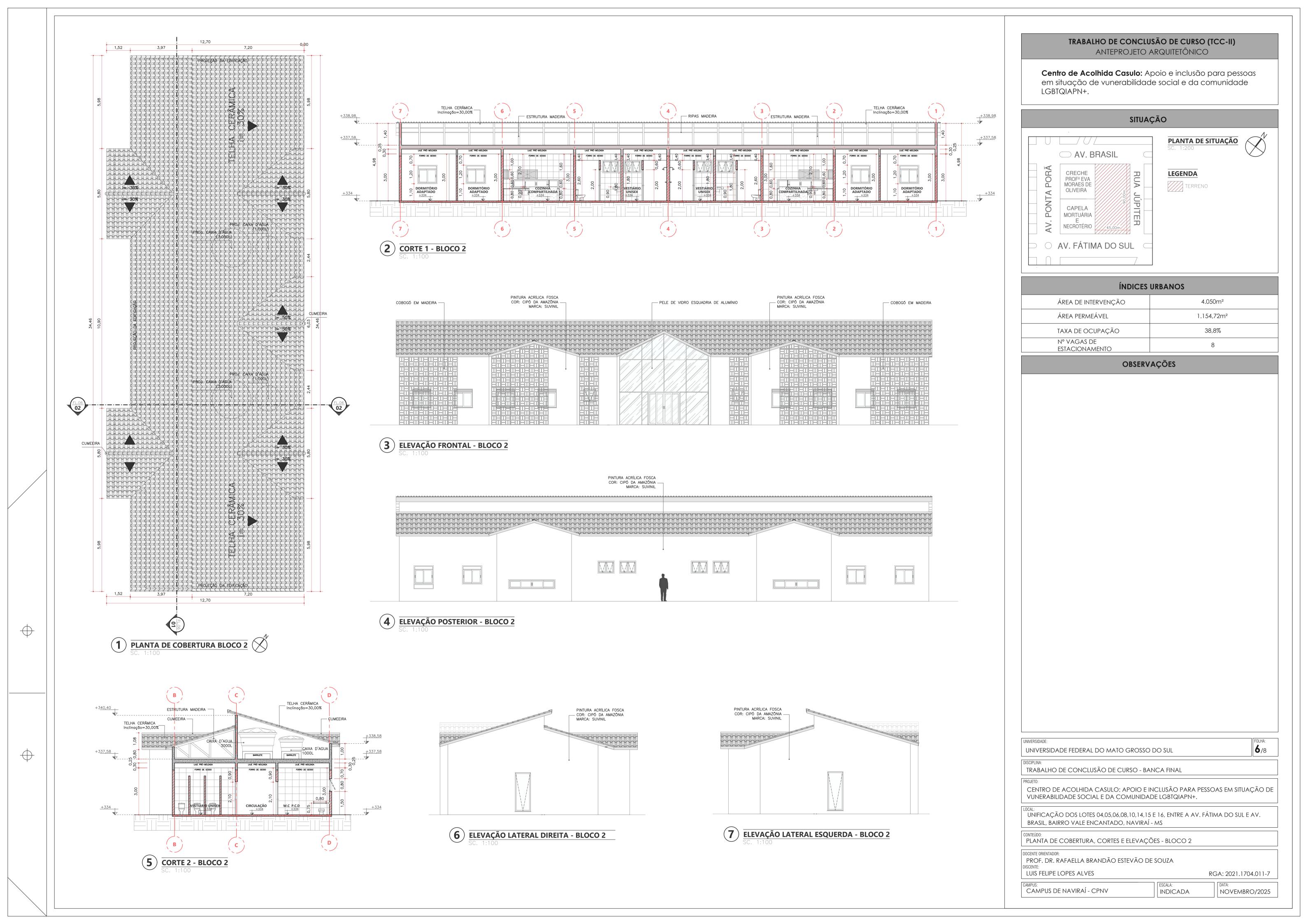


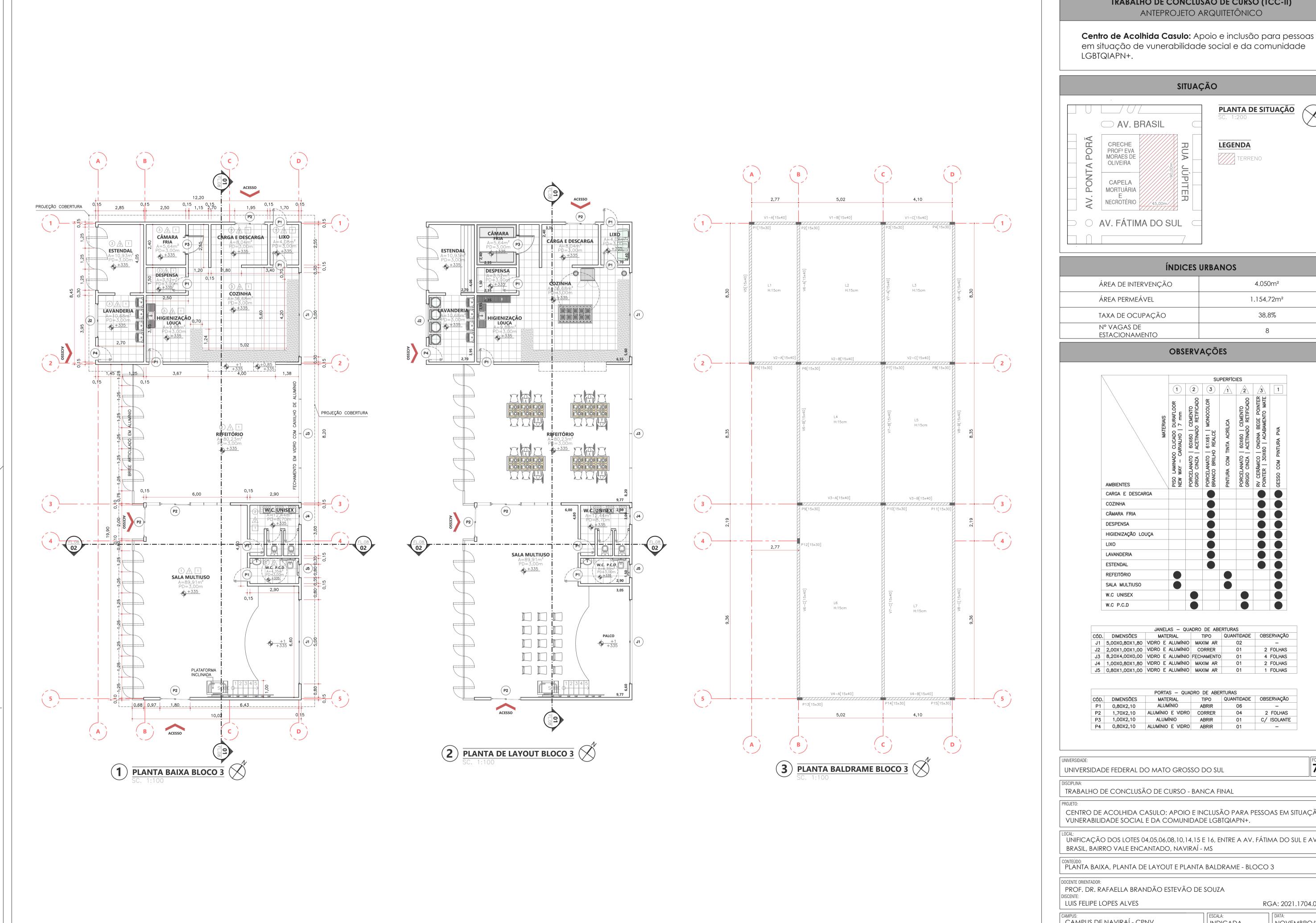




TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC-II)





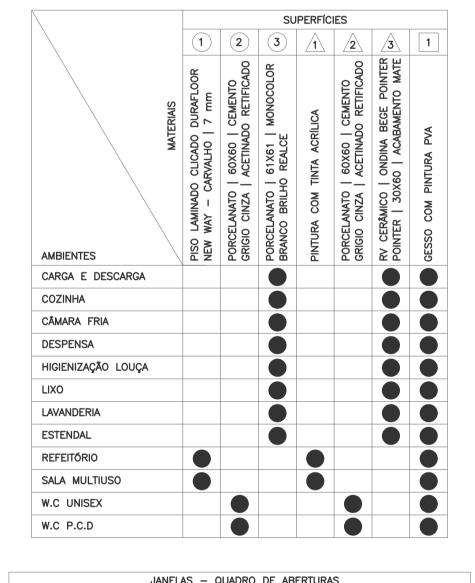


TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC-II)

em situação de vunerabilidade social e da comunidade



ÍNDICES URBANOS		
ÁREA DE INTERVENÇÃO	4.050m²	
ÁREA PERMEÁVEL	1.154,72m²	
TAXA DE OCUPAÇÃO	38,8%	
n° Vagas de Estacionamento	8	



		PORTAS - QUA	DRO DE ABER	RTURAS	
CÓD.	DIMENSÕES	MATERIAL	TIPO	QUANTIDADE	OBSERVAÇÃO
P1	0,80X2,10	ALUMÍNIO	ABRIR	06	_
P2	1,70X2,10	ALUMÍNIO E VIDRO	CORRER	04	2 FOLHAS
P3	1,00X2,10	ALUMÍNIO	ABRIR	01	C/ ISOLANTE
P4	0.80X2.10	ALUMÍNIO E VIDRO	ARRIR	01	_

2 FOLHAS

4 FOLHAS

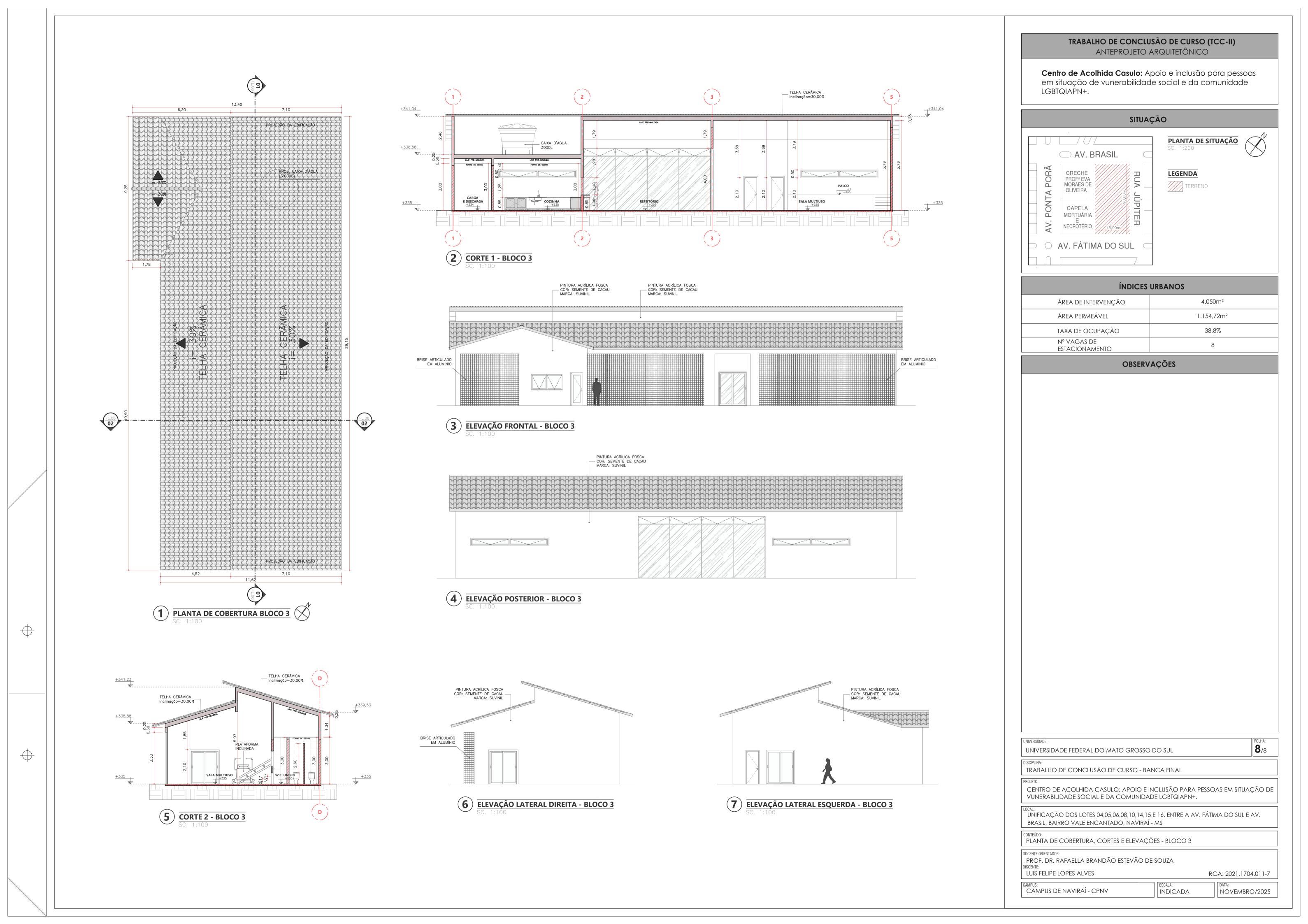
2 FOLHAS

CENTRO DE ACOLHIDA CASULO: APOIO E INCLUSÃO PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VUNERABILIDADE SOCIAL E DA COMUNIDADE LGBTQIAPN+.

UNIFICAÇÃO DOS LOTES 04,05,06,08,10,14,15 E 16, ENTRE A AV. FÁTIMA DO SUL E AV.

RGA: 2021.1704.011-7

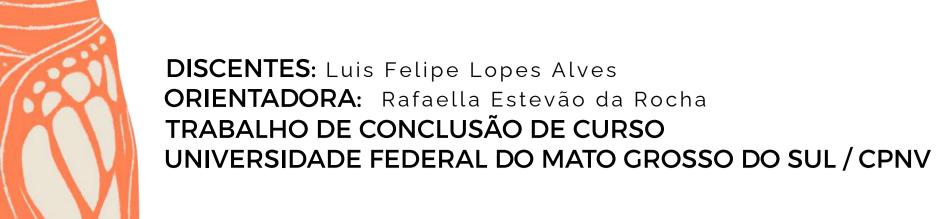
CAMPUS DE NAVIRAÍ - CPNV INDICADA NOVEMBRO/2025



CENTRO DE ACOLHIMENTO



Apoio e inclusão para pessoas em situação de vulnerabilidade social e da comunidade LGBTQIAPN+





INTRODUÇÃO

A criação de casas de acolhimento social surge como resposta às crescentes desigualdades nas áreas urbanas, com o objetivo de oferecer um refúgio seguro para pessoas em situação de vulnerabilidade extrema, como falta de moradia, desemprego, despejo, violência doméstica, analfabetismo e desestruturação familiar.

A comunidade LGBTQIAPN+, em especial, enfrenta exclusão, expulsões familiares, e é forçada muitas vezes à marginalização, prostituição e alguns casos, ao uso de drogas. Segundo Morais (2018), as casas de acolhimento voltadas para a população LGBTQIAPN+ em vulnerabilidade cumprem um papel fundamental ao oferecer suporte e promover a reinserção dessas pessoas na sociedade.

OBJETIVO

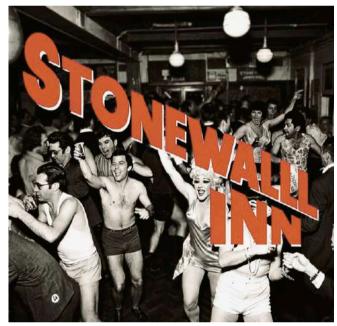
Este trabalho tem como objetivo geral elaborar uma proposta de anteprojeto para um centro de acolhimento e apoio às pessoas em vulnerabilidade social e a comunidade LGBTQIAPN+ na cidade de Naviraí, no estado do Mato Grosso do Sul.

VULNERABILIDADE	DESCRIÇÃO
VULNERABILIDADE ECONÔMICA	RELACIONADA À ESCASSEZ DE RECURSOS, PRINCIPALMENTE FINANCEIROS, E À DIFICULDADE DE INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO, TAIS FATORES FREQUENTEMENTE ASSOCIADOS À MIGRAÇÃO E QUE PODEM LEVAR À SITUAÇÃO DE RUA.
VULNERABILIDADE HABITACIONAL	ATINGE PESSOAS EM CONDIÇÕES DE MORADIAS PRECÁRIAS, SUPERLOTADAS, ÁREAS DEGRADADAS OU AMEAÇADAS DE DESPEJO, REFLETINDO ASSIM, A EXCLUSÃO DOS ESPAÇOS URBANOS.
VULNERABILIDADE FAMILIAR	REFERE-SE À FRAGILIZAÇÃO OU RUPTURA DOS VÍNCULOS FAMILIARES, PODENDO RESULTAR EM EXCLUSÃO OU ISOLAMENTO SOCIAL.
VULNERABILIDADE DE GÊNERO E DIVERSIDADE	RELACIONA-SE À DISCRIMINAÇÃO BASEADA EM GÊNERO, ORIENTAÇÃO SEXUAL E IDENTIDADE DE GÊNERO, AFETANDO PESSOAS QUE ENFRENTAM MAIOR RISCO DE VIOLÊNCIA, EXCLUSÃO E VIOLAÇÃO DE DIREITOS DIANTE DA AUSÊNCIA DE SUPORTE E PROTEÇÃO.

MEMORIAL JUSTIFICATIVO

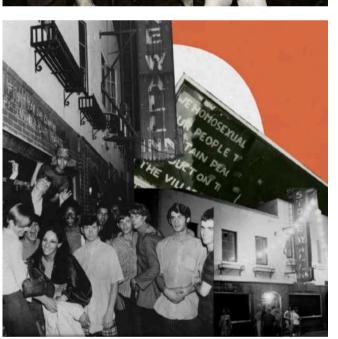
A criação de casas de acolhimento social para pessoas em situação de vulnerabilidade social visa enfrentar as crescentes desigualdades urbanas, oferecendo um refúgio seguro para pessoas em situação de vulnerabilidade nas áreas urbanas.

acolhimento voltadas casas especificamente comunidade para LGBTQIAPN+ surgem como uma resposta necessária para proporcionar não apenas espaços seguros, mas também de acolhimento, onde as pessoas possam se sentir aceitas, respeitadas e protegidas. Além disso, o acolhimento auxilia na superação de desafios individuais, no fortalecimento da independência e na oferta de serviços básicos para os acolhidos, promovendo sua reintegração ao convívio social com dignidade



IMPACTO

A luta pelos direitos LGBTQIAPN+ possui origens diversas, mas consolidou-se após a Segunda Guerra Mundial, com a criação das primeiras organizações de defesa de gays e lésbicas. O marco histórico mais emblemático ocorreu em 1969, durante as Revoltas de Stonewall, em Nova York, quando a comunidade reagiu à repressão policial no bar Stonewall Inn. Esse levante representou a passagem da invisibilidade para a mobilização pública, fortalecendo o movimento em torno da busca por liberdade, dignidade e respeito, e transformando-se em símbolo global contra a opressão e a discriminação.



MATO GROSO DO SUL ocupa a 14° posição e o mais perigoso, com 34 casos MORTES VIOLENTAS DE LGBT+ EM 2023, 257 MORTES VIOLENTAS DOCUMENTADAS Modus Operandi 32% ARMA DE FOGO 7% espancamento 6% enforcamento 25% ARMA BRANCA

ANA MULTURO SALA MULTURO SAL

CONCEITO

O projeto do Centro de Acolhida "Casulo" fundamenta-se na ideia de "Lar", visando oferecer acolhimento e sensação de pertencimento a pessoas em situação de vulnerabilidade, especialmente da comunidade LGBTQIAPN+. A arquitetura busca materializar esse conceito por meio de elementos simbólicos que remetem à familiaridade e ao conforto, como o uso de formas simples, telhados inclinados e volumes retangulares.



FACHADA BLOCO 2

FACHADA BLOCO 3